

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO 56
JUN/JUL 2019

#452

MEDIDAS QUE SIMPLIFICAM
O AMBIENTE DE NEGÓCIOS

COMO VIVEM AS VÍTIMAS
DO TRABALHO ESCRAVO

ENTREVISTA

Rubens Ricupero

"O maior desafio do Brasil no século 21
é enfrentar a herança da desigualdade."

PERFIL

Tarsila do Amaral
por Jorge Caldeira

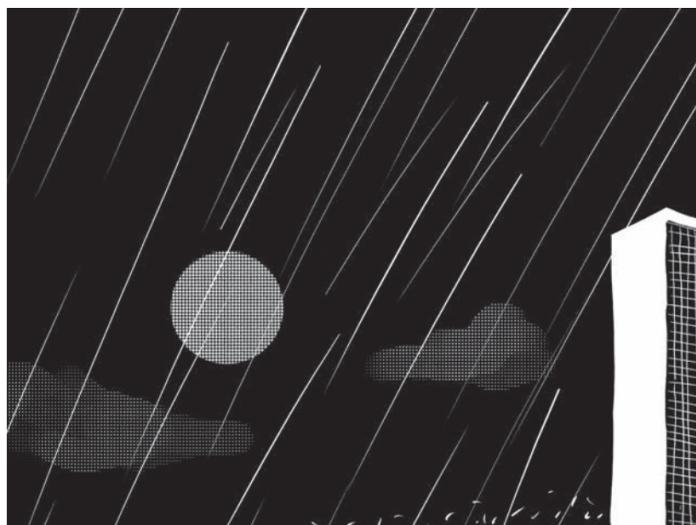
Da alta vanguarda
ao óbvio popular

Por que pagamos tantos impostos?

CARGA TRIBUTÁRIA
É IGUAL À DE
NAÇÕES RICAS,
MAS A BUROCRACIA
E O COMPADRIO TRAVAM
A PRODUTIVIDADE

RS 12,90





DEPOIS DOS CINEMAS,
AS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS
VÃO INVADIR NOSSAS PÁGINAS.



O ANO É 2018. UMA ELEIÇÃO DIVIDE O BRASIL.

Nos cinco cantos do País, dez candidatos de diferentes partidos lutam por votos e, finalmente, conquistam o seu lugar na Câmara dos Deputados.

Agora, em 2019, eles se reúnem em Brasília... O que estão enfrentando? Como estão usando seus poderes? Quem são seus inimigos? E aliados?

EM BREVE, VOCÊ VAI DESCOBRIR TUDO ISSO NA EDIÇÃO ESPECIAL DA PB EM HQ.

NÃO PERCA!



PB
PROBLEMAS BRASILEIROS



PB | #452

A carga tributária, um dos problemas mais graves do Estado brasileiro, se agigantou desde o fim da década de 1990. Complexo e agressivo em virtude do apetite monetário de Estados, municípios e União, o sistema de arrecadação afeta o rendimento das famílias e desencoraja o cidadão interessado em empreender. Resultado: mais dias de trabalho despendidos para manter essa engrenagem tortuosa.

COM A QUALICORP VOCÊ

PO:DE

Empregador do Comércio: graças à parceria da Qualicorp com a FECOMERCIO-SP e mais de 500 entidades de classe, você pode escolher um plano de saúde ideal para as suas necessidades.

Planos de saúde a partir de **R\$ 240¹**



CONFIRA AS VANTAGENS E ESCOLHA SEU PLANO AGORA.

0800 799 3003
qualicorp.com.br/anuncio

Qualicorp
Sempre do seu lado.

	8	Capa UM PANORAMA DA TRIBUTAÇÃO	
18	Política		22
	O "RALO" DA CORRUPÇÃO		Entrevista RUBENS RICUPERO REFLETE SOBRE OS CAMINHOS PARA O CRESCIMENTO
			28
		TRABALHO NADA DIGNO	
	36	Tributação SAÍDAS PARA O NÓ DOS IMPOSTOS	
			43
			Artigo POR PAULO DELGADO
44	Estados		
	MARANHÃO: EM BUSCA DE UM RECOMEÇO		
			50
			Perfil AS NUANCES DE TARSILA DO AMARAL
			54
			Saúde OBESIDADE É UM MAL GLOBALIZADO
	58	Cultura COMO A IMPRENSA ALTERNATIVA ATUOU NA DÉCADA DE 1970	
64	Biblioteca		
	RESENHAS DE LIVROS		
			66
			CHARGE POR LUIZ CARLOS FERNANDES

O PREÇO DA DESORDEM

De um lado, o sistema tributário complexo e oneroso. De outro, o Estado à beira do esgotamento financeiro. O Brasil, infelizmente, faz jus a uma preocupante realidade, graças a uma elevada carga tributária vinculada ao visível descontrole dos gastos públicos. Por isso, dedicamo-nos a analisar a engrenagem tributária nacional e os impactos do atual modelo de cobrança de impostos no País, que coloca o peso maior nas costas de quem menos pode pagar.

Como veremos nas páginas a seguir, o consumo de bens e serviços e a folha salarial ocupam o ranking de maiores incidências de impostos: 48,44% e 26,12%, respectivamente, ou seja, no bolso do consumidor e das empresas geradoras de riqueza. Sem contar as brechas de uma legislação ultrapassada que, após a sua criação (em 1988), já sofreu 390 mil alterações. O fato é que cada ente federativo tributa seus contribuintes de forma que atenda aos próprios interesses. O mesmo acontece na seleção de setores que possam vir a usufruir de algum benefício fiscal.

Embora a defesa pela melhoria do ambiente de negócios seja uma tarefa muito mais árdua – quando as distorções do sistema tributário e sua mão pesada sobre a sociedade ceifam qualquer perspectiva de desenvolvimento –, não nos furtamos de propor alternativas possíveis e condizentes com a urgência a serem postas em prática, a exemplo dos 12 anteprojetos elaborados pela FecomercioSP, por meio do seu Conselho Superior Direito, e entregues à Secretaria da Receita Federal e da Previdência, no início de 2019.

As disfunções econômicas de uma nação têm consequência direta na rotina das pessoas. Cidadãos marginalizados e sem esperança no futuro acabam se sujeitando a situações estereotipadas em busca de um ganha-pão, por exemplo, o trabalho escravo, atividade ligada ao tráfico de pessoas. Nossa reportagem conheceu de perto a assistência concedida a bolivianos vítimas de propostas enganosas e violação de direitos humanos em São Paulo.

Textos sobre cultura, saúde e sociedade – e relacionados à vida brasileira – completam esta edição da **Problemas Brasileiros**, a exemplo do perfil da pintora modernista Tarsila do Amaral e da matéria sobre os periódicos alternativos que se opuseram à ditadura durante a década de 1970.

O Brasil vive, de fato, um momento em que não há mais abertura para manobras irrefletidas. "Arrumar a casa" se tornou uma tarefa tão desafiadora quanto necessária, pois a desordem custa caro.

ABRAM SZAJMAN,

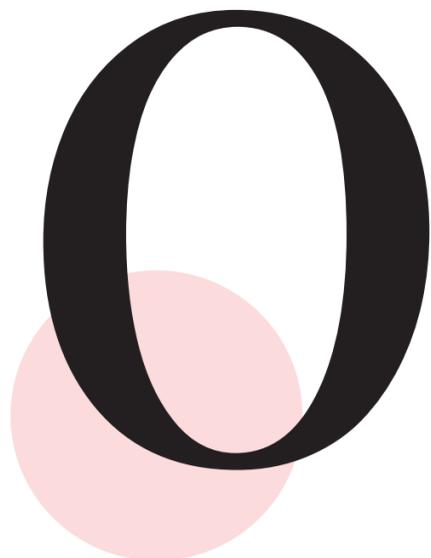
presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP



CARGA PESADA

Em 2018, o País arrecadou R\$ 2,3 trilhões em impostos – ou 33,58% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro –, segundo cálculos do Tesouro Nacional. No período, cada brasileiro trabalhou, em média, 153 dias para pagar os seus impostos federais, estaduais e municipais, ou seja, quase metade do ano passado, só para garantir o funcionamento da máquina pública e seus serviços e elevadas despesas.

texto MARCUS LOPES | ilustração JOÉLSON BUGILA



Os impostos no Brasil estão entre os mais altos do mundo e não param de crescer. O volume arrecadado em 2018 aumentou em relação a 2017, quando os tributos correspondiam a 32,62% do PIB (Tesouro, 2017). Nessa trajetória ascendente, o volume anual recolhido se aproxima da máxima histórica de 2007, quando foi de 33,64% do PIB.

Segundo o próprio governo federal, a carga tributária nacional está em patamar comparável aos países de alto grau de desenvolvimento econômico, o que não é o caso do Brasil. “Para um país de renda média como o nosso, o valor é muito alto. Estamos cerca de 10 pontos percentuais acima da média da América Latina”, admite o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida.

O especialista lembra que a média tributária das nações latino-americanas é de 22% do PIB anual. “O Chile, país de maior renda na América do Sul, tem carga tributária de 20,2% do PIB, por exemplo”, completa Almeida. “O índice comparativo da carga tributária em relação ao PIB põe o Brasil no patamar próximo a países como Israel, Canadá e Reino Unido. O Brasil, levando-se em consideração o nosso desenvolvimento econômico, tem uma carga tributária muito alta”, acrescenta o secretário do Tesouro Nacional, órgão vinculado ao Ministério da Economia.

Para se ter uma ideia da escalada tributária brasileira, há dez anos eram necessários 148 dias (quatro meses e 28 dias) trabalhados para o pagamento de impostos, segundo levantamento

feito pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP). Em 1986, ano da primeira medição feita pela associação, eram precisos 82 dias de trabalho para que cada brasileiro (dois meses e 22 dias) honrasse seus tributos.

BUROCRACIA

Além da alta carga tributária, o País convive com a burocracia. No total, o Brasil tem 63 impostos e 97 obrigações acessórias – conjunto de documentos, registros e declarações utilizadas para o cálculo de tributos e que devem ser enviados ao Fisco em prazos preestabelecidos, sob pena de multa –, provenientes das 27 unidades federativas e mais de 5 mil municípios, todos com legislações diferentes. O levantamento é do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), referência em estudos de tributos.

Para as empresas, a situação também é difícil, principalmente por causa da complexidade do rito tributário. Estudo de 2017 do Banco Mundial apontou que uma companhia brasileira gastava, em média, 81 dias para calcular e

pagar todos os impostos. No México, esse tempo é de dez dias, e, na Europa e nos Estados Unidos, oito dias, em média.

As corporações têm de seguir mais de 3,7 mil normas tributárias, entre regras e atualizações, segundo dados do IBPT. A estrutura necessária em tecnologia e recursos humanos para lidar com toda essa burocracia pode consumir até 1,5% do faturamento anual das corporações. Tudo isso, de acordo com os especialistas, prejudica o ambiente de negócios no Brasil.

“O Brasil é o campeão mundial em tempo despendido pelas empresas para o cumprimento das obrigações tributárias acessórias. Isso reduz a produtividade das companhias, aumentando os seus custos, e provoca insegurança jurídica”, destaca o professor de Economia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Paulo Dutra.

“O atual sistema de carga tributária prejudica o ambiente de negócios e a produtividade da indústria. Estudo recente do Banco Mundial, o *Doing Business*, coloca o Brasil no 184º lugar entre 190 países em relação à facilidade

de pagamento de tributos”, afirma o líder da área tributária do escritório Cerqueira Leite Advogados Associados, o advogado e contador Yuri Guimarães Cayuela.

Para o cidadão comum, a tributação incidente sobre os rendimentos (salários, honorários, etc.) é formada principalmente pelo Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), pela contribuição previdenciária (INSS) e pelas contribuições sociais. Há também a tributação sobre o patrimônio, como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), entre outros. O município ainda tem de arcar com taxas de limpeza pública, coleta de lixo, emissões de documentos e contribuições para a iluminação da cidade onde vive.

Além disso, o cidadão é obrigado a pagar a tributação sobre o consumo: impostos inclusos no preço dos produtos e serviços. A lista engloba o Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), o Imposto Sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto Sobre Serviços (ISS). Nesse ponto, a conta é amarga, e, na maioria das vezes, o consumidor não se dá conta do volume de impostos ao fazer uma compra.

Por isso, a Lei Federal nº 12.741/12 obriga a descrição, na nota fiscal, de todos os impostos pagos pelo consumidor na aquisição de produtos e serviços. No caso da gasolina, por exemplo, 61,9% do que é pago por litro, ao abastecer o carro no posto de combustível, são referentes a impostos. Outros exemplos de tributação embutidos nos preços de produtos e serviços, segundo levantamento da ACSP: energia elétrica (48,2% de impostos); água (37,8%); açúcar (30,6%); sabão em pó (40,8%); cerveja (42,6%); escolas particulares (26,3%); passagens aéreas (22,3%) e transporte coletivo (33,7%).

“O RETORNO PARA A SOCIEDADE É PÍFIO. OS BRASILEIROS TÊM DE PAGAR POR SERVIÇOS PARTICULARES DE ENSINO, PEDÁGIOS, PLANOS DE SAÚDE, ETC.”

JOÃO OLENIKE, presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT)

“O BRASIL, LEVANDO-SE EM CONSIDERAÇÃO O NOSSO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TEM UMA CARGA TRIBUTÁRIA MUITO ALTA.”

MANSUETO ALMEIDA, secretário do Tesouro Nacional

“A complexidade do sistema tributário faz com que o custo para pagar os impostos seja alto para os empresários, alto para quem recebe os salários e um custo enorme para a sociedade como um todo”, afirma o economista da ACSP Marcel Solimeo. Ele cita o caso do ICMS, imposto estadual cujas regras variam de acordo com a unidade da Federação. “É um dos tributos mais complexos para as empresas por causa da diversidade de legislações. Imagine para uma corporação que atue em todo o território nacional ter que lidar com a legislação de 26 diferentes Estados mais o Distrito Federal”, cita Solimeo.

Nesse sentido, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) entregou, no dia 10 de abril, aos deputados federais integrantes da Frente Parlamentar Mista para Defesa e Fomento do Livre Mercado propostas com foco na simplificação das regras vigentes às empresas. O vice-presidente da Entidade e presidente do Conselho de Assuntos Tributários (CAT), Márcio Olívio da Costa, levou estudos técnicos da FecomercioSP que embasam as sugestões para pagamento de impostos e simplificação do sistema tributário, entre outros pleitos.

MUNICIPALIZAÇÃO DOS RECURSOS

Outro desafio é a desigualdade na arrecadação. Atualmente, segundo levantamento da ACSP, 59% da arrecadação tributária correspondem a tributos federais; 29%, a impostos estaduais;

e 12%, a municipais. “Há os repasses de verbas realizados pela União e pelos Estados, mas, mesmo assim, os municípios recebem muito pouco. Trata-se de uma distorção, pois é no município que as pessoas vivem, moram e trabalham”, diz Solimeo. “Por isso, eles precisam ter condições de investir em saúde, saneamento, transporte, educação e tantos outros serviços públicos que exigem muito dinheiro”, completa o economista.

Em comparação a outros países, o Brasil só perde para Cuba na lista das nações da América Latina que mais pagam impostos. Segundo levantamento feito pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2016, a carga tributária brasileira correspondia a 32,2% do PIB – enquanto a de Cuba era 41,7% do PIB cubano. Em terceiro lugar no ranking estava a Argentina, com 31,3% do PIB referentes a impostos, e, em seguida, o Uruguai, com carga tributária de 27,9% do PIB.

Os latino-americanos que menos cobravam impostos na lista da OCDE eram Guatemala (12,6% do PIB), República Dominicana (13,7%) e Venezuela (14,4%). Em outras regiões do planeta, Espanha, Austrália e Nova Zelândia apresentam carga tributária em torno de 30% do PIB local, mas exibem índices sociais e econômicos bem superiores aos nacionais.

RETORNO

O retorno do dinheiro desembolsado pelos contribuintes brasileiros em serviços para a população é uma das principais críticas dos especialistas. Estudo feito pelo IBPT desde 2011 aponta o Brasil como o pior país em retorno de benefícios para a população dos impostos pagos. Batizado de Índice de Retorno de Bem-Estar à Sociedade (Irbes), o estudo elaborou um ranking de 30 países com as maiores cargas tributárias.

Ao analisar em conjunto dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU e da OCDE (carga tributária *versus* PIB), foi possível estabelecer um índice que revela a má colocação do Brasil. O País ficou em último lugar – 30ª posição; com índice 139,84 – na versão mais recente do estudo, divulgada no ano passado. Na versão anterior do Irbes, o Brasil já ocupava o último

lugar. Perdemos para nações como Argentina (148,38), Eslovênia (148,10), Uruguai (154,79) e Eslováquia (148,07). As melhores posições são ocupadas por Irlanda (primeiro colocado, com Irbes de 167,01), Estados Unidos (163,30) e Suíça (162,85).

“O retorno para a sociedade é pífio. Os brasileiros têm de pagar por serviços particulares de ensino, pedágios, planos de saúde, etc.”, afirma um dos coordenadores do estudo do Irbes e presidente do IBPT, João Olenike. “A nossa carga tributária está entre os 15 países de maior tributação no mundo, e o retorno desses recursos para a população é o pior entre os 30 países que mais tributam”, completa Olenike.

“A carga tributária nacional não é alta nem baixa. Ela é do tamanho das despesas do País”, afirma o consultor e ex-secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. Ele explica que a carga tributária segue exatamente as diretrizes dos países em relação a suas despesas em gastos públicos nas mais diversas áreas do governo.

“Nos Estados Unidos, a carga tributária pode ser menor porque o Estado, proporcionalmente, gasta menos com saúde e educação públicas, por exemplo. Na Europa, a carga tributária é maior porque muitos países optaram por um Estado que promove um bem-estar social maior para a sua população mediante serviços públicos”, explica Maciel, destacando que todos os modelos de políticas públicas implicam despesas maiores ou menores para o Poder Público e, por consequência, políticas de arrecadação de impostos implementadas por cada um. “Cada nação define o volume e a natureza dos seus gastos. O que não existe é almoço de graça”, completa Maciel.

RENÚNCIAS E ESTÍMULOS

Dentro do modelo brasileiro, as isenções e os incentivos fiscais provocam grande impacto nas contas públicas. No ano passado, segundo projeções da Receita Federal e do Tribunal de Contas da União (TCU), o Brasil deixou de arrecadar cerca de R\$ 280 bilhões em impostos em decorrência das isenções e renúncias fiscais praticadas pelo Poder Público. Apenas as isenções referentes ao Simples Nacional chegaram a R\$ 80,7 bilhões. Desde 2013, segundo cálculos do TCU no Painel de

Renúncias Tributárias Federais, deixaram de ser arrecadados mais de R\$ 1,5 trilhão em impostos federais por causas das renúncias fiscais. “Acreditamos que os incentivos e as isenções fiscais são medidas que podem beneficiar as empresas e a população, desde que direcionadas aos setores e atividades que mais necessitam dessas benesses”, afirma o presidente do IBPT, João Olenike.

As isenções e renúncias fiscais são praticadas quando o Poder Público deixa de arrecadar determinados impostos – parciais ou totais – com objetivos econômicos, sociais ou de desenvolvimento regional. É comum, por exemplo, uma prefeitura ou governo estadual conceder isenção de impostos a empresas que se estabeleçam no município ou no Estado. A justificativa é que a nova empresa irá trazer benefícios locais, como geração de empregos e renda.

Segundo o advogado tributarista Yuri Cayuela, as renúncias fiscais têm vantagens e desvantagens. Entre os benefícios, estão a movimentação econômica de setores da economia que o Estado não consegue dar atenção ou realizar investimentos de maneira satisfatória e as contribuições direta e indireta para os desenvolvimentos social, econômico, cultural e educacional. As desvantagens são conhecidas: perda de arrecadação por parte do Estado, dificuldade de fiscalização e utilização indevida.

LITÍGIOS TRIBUTÁRIOS

Os litígios tributários – em boa parte, ações judiciais protelatórias impetradas por empresas

para não pagar (ou pelo menos adiar ao máximo) o pagamento de tributos – são outro problema grave. Segundo estimativa do ex-secretário Everardo Maciel, o valor dos litígios tributários, no primeiro semestre do ano passado, girava em torno de R\$ 3,3 trilhões. As empresas, por sua vez, alegam que muitas ações são decorrentes de uma legislação tributária extensa e complexa, que gera dúvidas e muitas interpretações que acabam na Justiça.

“O litígio propriamente dito não é um mal em si, mas sua utilização por qualquer motivo e em todas as instâncias atrapalha o desenvolvimento econômico, a sustentabilidade e o investimento em novos negócios”, ressalta o advogado Yuri Cayuela, que acredita na substituição gradual dos litígios pela composição amigável via conciliação, mediação e arbitragem.

Para que isso seja possível, diz o advogado, é necessária uma reforma tributária que contribua para a simplificação e redução da carga de impostos a empresas e pessoas físicas. “Precisamos urgentemente mudar esta cultura do litígio e focar em soluções mais rápidas, justas e que contribuam para o crescimento econômico nacional”, afirma Cayuela.

&

SETE ESTADOS PAGAM 80% DOS IMPOSTOS

Nos 27 anos que se passaram entre 1990 e 2017, último dado disponível na Organização para a Co-Operação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a carga tributária brasileira subiu de um quarto para quase um terço do PIB. É um crescimento elevado. Na Argentina, o peso dos impostos também disparou de 18% para 30% em 15 anos.

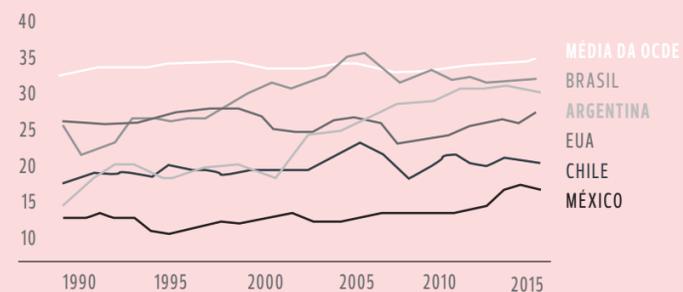
Existem países com carga bem mais alta, como os escandinavos e a França, porém, com bons serviços públicos e índices de bem-estar social. Nas Américas, a carga brasileira (32,3%) só perde para Cuba (40,6%).

As maiores concentrações de fontes de impostos no Brasil são a indústria, o setor financeiro e o comércio, responsáveis por 58% da arrecadação. Regionalmente, quase dois terços da arrecadação tributária brasileira se concentram na Região Sudeste, e se agregarmos a Região Sul, temos quase 80% de toda a tributação concentrada em apenas sete Estados.

Os produtos mais tributados, como é usual em diversos países, se concentram no vício e no luxo. Em primeiro lugar estão a popular cachaça e o elitista casaco de vison, dos quais a cada R\$ 10 se pagam R\$ 8,19 em impostos. Nos jogos de videogame, a alíquota média é de 72%.

dados MARCELO SOARES | arte TIAGO ARAÚJO

EVOLUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA EM % DO PIB



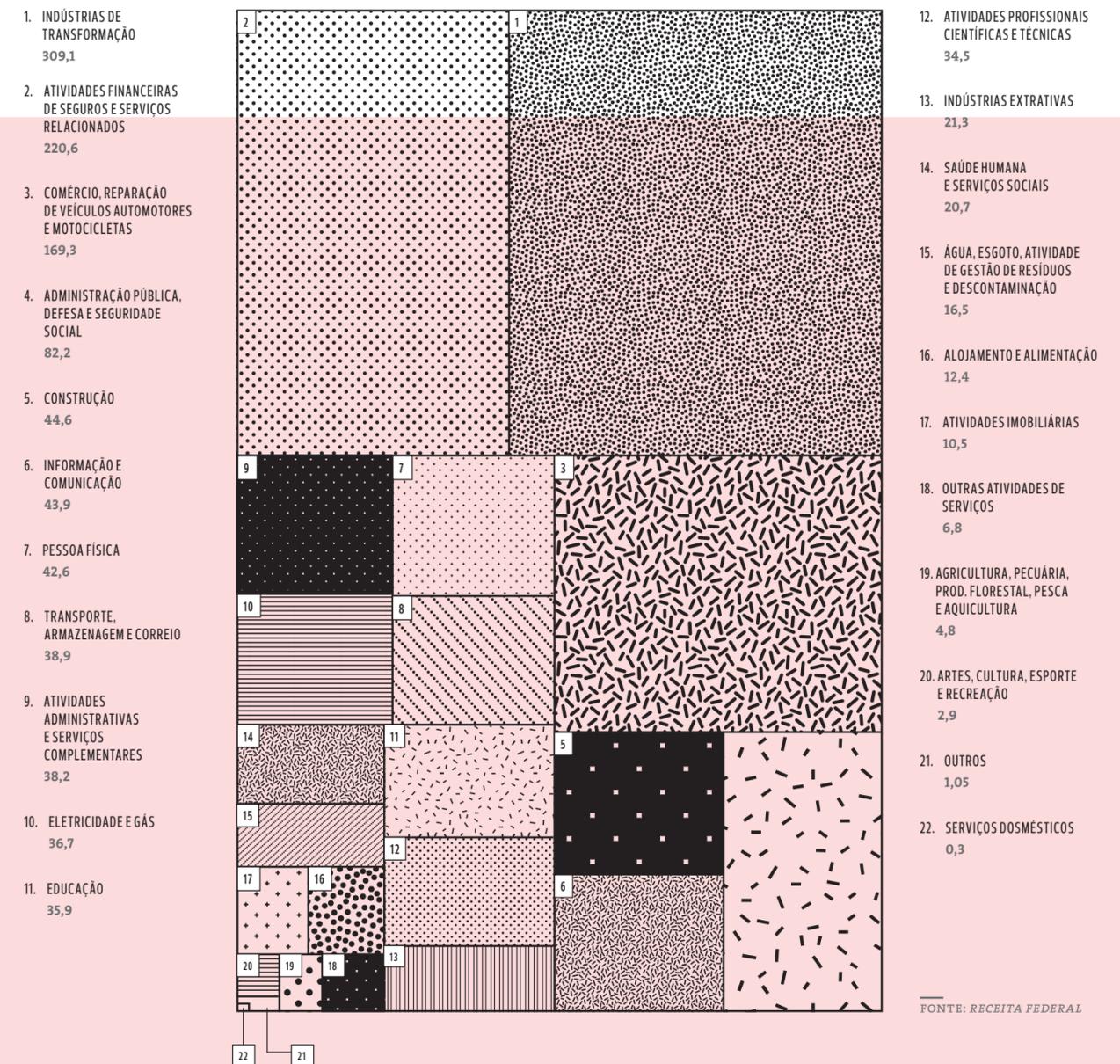
A MÉDIA DA OCDE INCLUI OS PAÍSES ESCANDINAVOS E A FRANÇA, TODOS COM CARGA TRIBUTÁRIA MAIOR DO QUE 40%. | OCDE, GLOBAL REVENUE STATISTICS DATABASE

OS 15 PRODUTOS MAIS TRIBUTADOS DO BRASIL NO ANO DE 2016 (%)



IBPT/SINPROFAZ

COMO CADA SETOR ARRECADA IMPOSTOS EM BILHÕES (R\$)



FONTE: RECEITA FEDERAL

COMO CADA ESTADO ARRECADOU EM 2018 EM BILHÕES (R\$)



FONTE: RECEITA FEDERAL

VOCÊ FAZ SUAS ESCOLHAS NO ESCURO?

Decisões importantes fazem parte do dia a dia de todo empreendedor. Por isso, é essencial estar sempre por dentro do que acontece com a economia e o mercado. E a maneira mais rápida de fazer isso é acessar as pesquisas e os indicadores da FecomercioSP. Elas são uma ferramenta poderosa para você entender a dinâmica dos preços, o comportamento dos consumidores e o endividamento das famílias, além do desempenho geral das empresas do setor.

Faça suas escolhas empresariais com clareza e segurança: utilize gratuitamente informações confiáveis e dados que são referência.

Acesse fecomercio.com.br/pesquisas e confira.

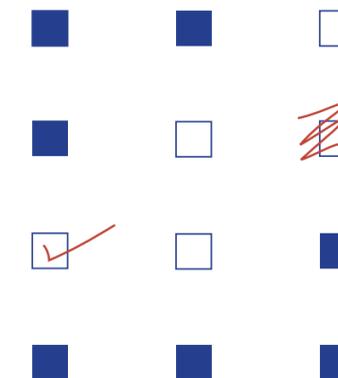
&

—

■

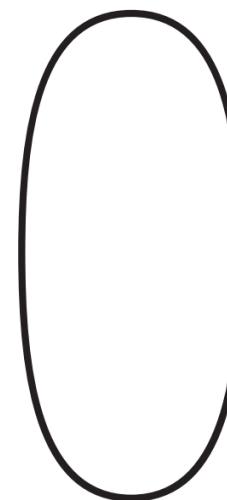
□

—



FECOMERCIOSP

SISTEMA TORTUOSO



texto VINICIUS PEREIRA

O ato de corromper alguém ou algo com a finalidade de obter vantagens em relação aos outros por meios ilícitos traz resultados danosos à economia, impactando as contas públicas, matando a eficiência e fomentando situações rechaçadas pelo capitalismo. Agora, o Brasil luta contra a cultura dessa prática, que nos deixa mais pobres e obsoletos.

O termo “corrupção”, de acordo com o dicionário *Michaelis*, se origina da palavra *corruptus*, que significa o ato de quebrar aos pedaços, ou decompor e deteriorar algo.

Na economia brasileira, tais atos aumentam os gastos, gerando despesas desnecessárias para Estados que já tenham dificuldade em oferecer serviços de qualidade. Há números que comprovam esse real prejuízo financeiro. De acordo com dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a corrupção chega a movimentar em torno de US\$ 2,6 trilhões por ano no mundo todo.

No Brasil, como um dreno que suga recursos vitais da Nação, a corrupção afeta os gastos públicos, chegando a valores que mais se parecem com orçamentos de políticas públicas reais do que dinheiro desviado para bolsos particulares. Caso nacional mais emblemático no combate a essa prática nos últimos anos, a Operação Lava Jato mostra resultados e, principalmente, joga luz no tamanho do rombo que o País precisa enfrentar. Em cinco anos de operação, ao todo, são R\$ 13 bilhões em recuperação por meio de acordos de leniência e Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), segundo dados do Ministério Público Federal (MPF).

É um volume bastante considerável. Para efeito de comparação, o montante em recuperação pela Lava Jato corresponde a 150% do orçamento total previsto com transportes para o Estado de São Paulo em 2019, que gira em torno de R\$ 8,6 bilhões, segundo dados do governo paulista. A relevância do valor recuperado também fica clara diante dos orçamentos anuais de saúde (R\$ 23 bilhões) e segurança (R\$ 22 bilhões) do Estado mais rico do território nacional.

No balanço dos cinco anos da operação, considerada por especialistas um marco no combate a esse tipo de prática no País, o MPF mostra os ten-

táculos grandes da diligência: desde 2014, foram 60 etapas, 49 sentenças e cerca de 150 condenados. Pouco, se considerarmos o tamanho do Brasil. Mas, em termos de referência, significativo.

Segundo especialistas, apesar de a Lava Jato focar em contratos da estatal Petrobras e de empresas do setor de infraestrutura, é praticamente impossível listar quais são os setores em que a corrupção está mais aflorada, já que a prática só aparece quando descoberta e desmembrada. Em todos os casos, contudo, o elo é sempre um grande contrato oferecido pela administração pública e disputado por grandes companhias.

“Aqui, no Brasil, o que vemos é isso que está sendo mostrado por todas as investigações, e que, em todas elas, temos empresas públicas e contratos bilionários do governo. Onde estiver o maior montante – na privatização, na licitação ou uma grande concessão –, esse é o maior atrativo para que pessoas mal intencionadas busquem pagar algum tipo de propina para ganhar”, afirma Maria Cristina Pinotti.

Ela, formada em Administração Pública na Fundação Getúlio Vargas (FGV) e com doutorado em Economia pela Universidade de São Paulo (USP), dedica-se há anos ao estudo da corrupção e é organizadora do livro *Corrupção: Lava Jato e Mãos Limpas*.

“Um dos exemplos é o da construção da Refinaria Abreu e Lima (Rnest)”, diz, referindo-se à unidade instalada em Pernambuco. Segundo a Petrobras, as obras do local custaram aproximadamente US\$ 18 bilhões – montante muito acima dos US\$ 2 bilhões previstos inicialmente.

“Em geral, os custos de obras, serviços e gastos serão maiores. Então, você tem políticas públicas piores, e custo muito maior também para o Estado”, destaca o diretor-executivo da ONG Transparência Brasil, Manoel Galdino.

A corrupção também afeta um outro fator que, por aqui, é sempre apontado como uma das razões para o baixo crescimento econômico: a produtividade. Quando um agente público aceita suborno para escolher uma empresa específica, ele também afeta a produtividade das corporações, já que nem sempre a mais competente será escolhida.

“A PRODUTIVIDADE DA ECONOMIA COMO UM TODO DETERIORA, POIS, PARA MANTER ESSES ESQUEMAS, A ECONOMIA PRECISA SER FECHADA, NÃO PODE TER MUITA CONCORRÊNCIA.”

MARIA CRISTINA PINOTTI, doutora em Economia, estudiosa da corrupção e organizadora do livro *Corrupção: Lava Jato e Mãos Limpas*

Isso faz com que as companhias optem por direcionar mais dinheiro para comprar vantagens do que na geração de novas receitas, além de diminuir a concorrência – palavra sagrada para o bem-estar do consumidor.

“A produtividade da economia como um todo deteriora, pois, para manter esses esquemas, a economia precisa ser fechada, não pode ter muita concorrência”, ressalta Maria Cristina Pinotti. “A produtividade cai quando há cartéis. Não pode vir muita gente de fora para concorrer, pois [as concessões] são cartas marcadas”, conta. Por isso, as empresas com histórico de corrupção lutam por menos concorrência e abertura dos mercados.

PERCEÇÃO CRESCENTE

Ao contrário de outros crimes, quanto mais atos de corrupção são punidos, mais a população tem a percepção da ocorrência desse crime. “Diferentemente do roubo, a vítima [da corrupção] não sabe que aquilo está acontecendo. Então, quando uma pessoa paga um suborno para um agente público, os dois estão envolvidos, não ficamos sabendo e só descobrimos quando algo é revelado”, diz Manoel Galdino.

No Índice de Percepção da Corrupção (IPC) 2018, divulgado pela ONG Transparência Internacional, o Brasil caiu nove posições e ficou em 105º lugar, com 35 pontos, o pior resultado desde 2012. O ranking reúne 180 países e mede a impressão de corrupção no setor público. Quanto mais bem posicionado, menos será considerado corrupto. As notas variam de 0 a 100 – e quanto mais alta, melhor.

Não à toa, para 18% dos brasileiros, a corrupção ainda é um dos maiores problemas nacionais, de acordo com pesquisa divulgada pelo Datafolha em setembro do ano passado, só abaixo das dificuldades nas áreas da saúde (23%) e a violência (20%).

“Essas modificações não acontecem de uma hora para outra, não são instantâneas, elas demoram a acontecer, mas deixam um legado que é o do basta à impunidade”, afirma o promotor de justiça e presidente do Instituto Não Aceito Corrupção, Roberto Livianu.

Para ele, já há uma mudança em paradigmas históricos sobre o tema. “Quando a maior empreiteira do País tem um departamento estruturado para distribuição de propinas, ela conta com a impunidade. Os comportamentos começam a mudar, mas essa mudança não é homogênea nem imediata.”

Os estudos e a análise de Pinotti apontam que há ganhos perceptíveis na última década. Segundo ela, os atos de pequenas corrupções, por exemplo, já estão sendo eliminados do dia a dia do brasileiro.

“A pequena corrupção são casos tradicionais, de fiscalização, ou também pelo acesso a serviços como hospitais, carteiras de motorista e passaporte. Para esse tipo de coisa, já é impensável ter de pagar propina, como acontece em países pobres”, afirma.

Ambos concordam, contudo, que ainda há um longo caminho pela frente. Para eles, além das recentes prisões, são necessárias novas leis que combatam o problema de forma sistêmica – aumentando punições, prisões e processos, além de diminuir regulações discrepantes, que aumentam o poder de agentes do Estado na execução de políticas públicas e, assim, facilitam a busca por atos corruptos.

FRAUDES FISCAIS

Outra faceta importante da corrupção diz respeito às fraudes fiscais, que são os atos de evasão ilegal de impostos. Ou seja, quando alguém ou alguma empresa deixa de pagar os devidos tributos ao país.

De acordo com dados da Receita Federal, em 2018, a projeção de recuperação de tributos executados foi de R\$ 148 bilhões entre todos os setores, pessoas físicas e jurídicas. Em 2017, o montante recuperado ficou em R\$ 204 bilhões.

A maior parte desses acumulados, entretanto, é referente à participação de grandes empresas. Após notificadas, as companhias se adaptam rapidamente ao regime tributário, segundo técnicos da Receita Federal.

“De qualquer modo, esse também é um dos pontos que a sociedade precisa continuar a monitorar”, afirma Galdino, diretor-executivo da ONG Transparência Brasil.

CAPITALISMO DE COMPADRIO

Outra forma para se alcançar vantagem competitiva na relação entre governo e capital privado é o chamado “capitalismo de compadrio”. Tal prática se resume a um modelo no qual as elites política e econômica de um país aplicam políticas públicas para se ajudarem mutuamente em detrimento do desenvolvimento da nação.

“Em um sistema assim, os lucros dependem cada vez mais das conexões com o governo do que da produção de valor aos consumidores”, ressalta o PhD em Economia e professor da Universidade Estadual da Flórida, Randall Holcombe, em entrevista ao UM BRASIL, realizada em parceria com o Centro Mackenzie de Liberdade Econômica (CMLE).

De acordo com especialistas ouvidos pela **Problemas Brasileiros**, esse tipo de vantagem ilícita tem um efeito prejudicial, já que é utilizada como forma de privilegiar algum grupo em detrimento de outro. Dessa forma, o bem-estar social não é atingido, pois recursos que seriam destinados a áreas prioritárias vão para empresas mais próximas dos governantes.



LAVA JATO EM NÚMEROS

R\$ 13 BILHÕES

É o valor em recuperação por meio de acordos de leniência e Termos de Ajustamento de Conduta (TAC).

60

Foram as etapas da operação até março de 2019.

49

É o número de sentenças proferidas.

150

É o número de pessoas condenadas após as operações.

Fonte: Ministério Público Federal

Além disso, há também a perda de eficiência econômica, uma que em vez de concorrerem e evoluírem em seus projetos, as empresas preferem gastar mais tempo (e dinheiro) na busca por mais influência com os homens que ocupam cargos públicos importantes.

Para Randall Holcombe, um dos motivos de o capitalismo de compadrio ser tão enraizado é a possibilidade de uma mesma pessoa ocupar um cargo público importante por muitos anos seguidos. Assim, as conexões negativas com o setor privado têm mais probabilidade de ocorrer.

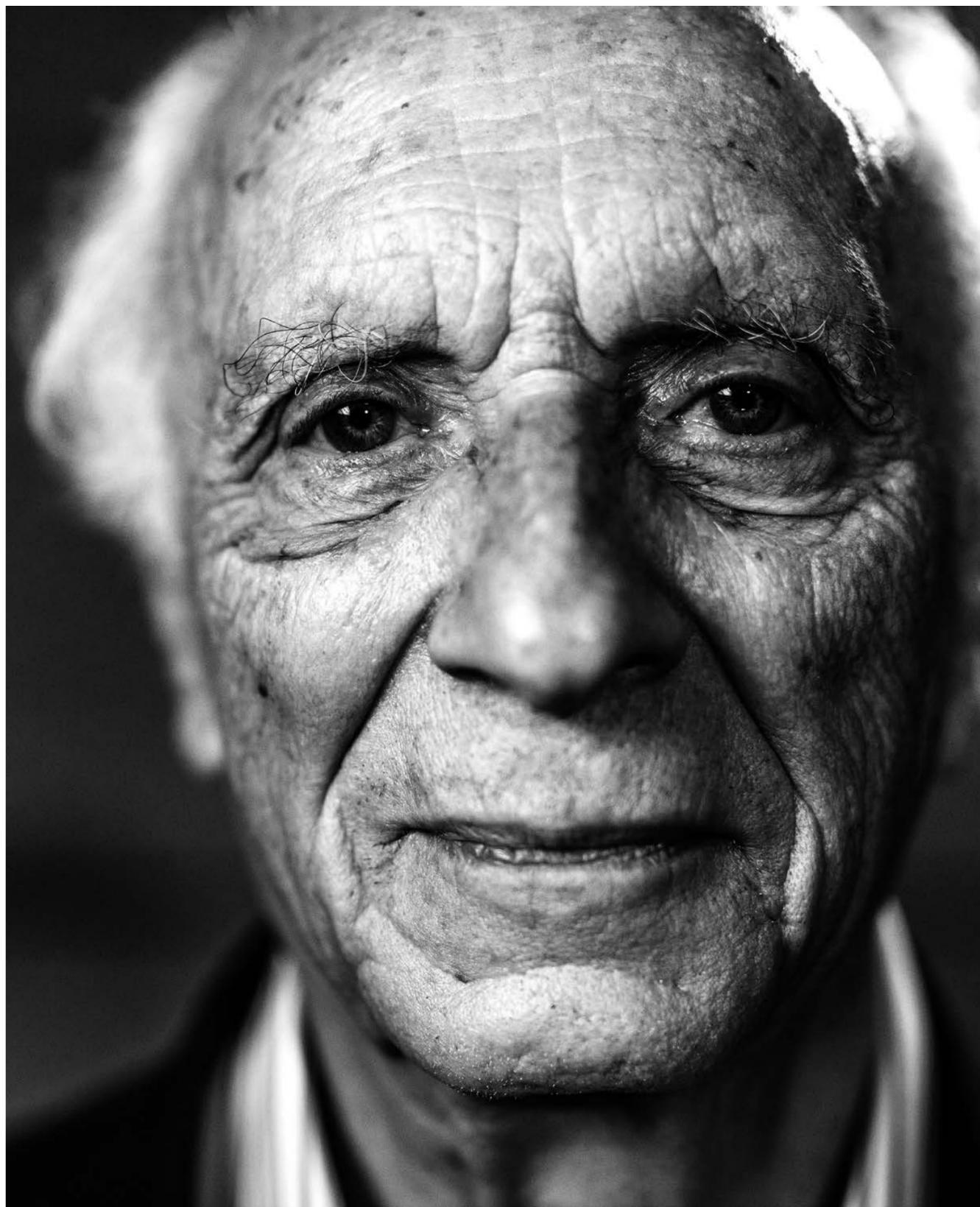
“O presidente só pode ficar oito anos, mas no Congresso não há limite de tempo. Então se criam relacionamentos de longo prazo entre lobistas e representantes eleitos”, diz. O problema, entretanto, não é uma ‘jabuticaba brasileira’. Ele vem se espalhando pelos países, e o pior: rapidamente.

“O capitalismo de compadrio está se espalhando pelo mundo e ocorre também nos Estados Unidos e na Europa. Isso ocorre porque temos um sistema político estável, e os desejos especiais [das empresas] se tornaram cada vez mais ligados às pessoas do governo”, conclui Holcombe.

Para o economista e professor da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap) e estudioso do assunto Orlando Assunção, há formas de combater o capitalismo de compadrio. Elas, porém, estão atreladas principalmente a uma mudança de comportamento da sociedade, exigindo que os esforços se concentrem na reivindicação e na vigilância constante. Para o especialista, “uma das formas é a ampliação de informação e transparência de dados, valores e contratos para que a sociedade possa acompanhá-los. A segunda é a otimização das despesas públicas, gastando melhor e destinando recursos para as áreas que geram impacto no bem-estar social.”

Segundo o economista, as instituições devem estar preparadas para agir contra esse tipo de prática e “tentar blindar a burocracia do Estado contra esse assédio, além de um controle mais apurado e preciso na atuação de órgãos públicos e agências de fomento”, afirma Assunção.

&



RUBENS RICUPERO

Ex-embaixador em Washington e ex-ministro da Fazenda reflete sobre a vocação do Brasil em mediar conflitos e ser “o país do futuro”. Apesar de correr atrás do prejuízo histórico causado pelo explosivo avanço demográfico e pela desigualdade social, a Nação, segundo Ricuperro, tem capacidade de, enfim, impulsionar seu crescimento

entrevista JAIME SPITZCOVSKY | fotos CHRISTIAN PARENTE

Poucos brasileiros tiveram a oportunidade de presenciar as principais transformações demográficas, econômicas e sociais sofridas pelo Brasil entre os séculos 20 e 21 como o ex-embaixador e ex-ministro da Fazenda Rubens Ricuperro. Em entrevista ao UM BRASIL publicada nesta edição de **Problemas Brasileiros**, o diplomata aposentado avalia as mudanças pelas quais o Brasil passou no século 20, com o *boom* demográfico e as altas taxas de analfabetismo. Segundo ele, nenhum país desenvolvido vivenciou um processo tão rápido de urbanização e de crescimento populacional como o Brasil. “O crescimento de outros continentes e países – como a Europa Ocidental no século 19 e os Estados Unidos na segunda

metade do século 19 – foi muito mais gradual.” As consequências disso são as dificuldades de se criar políticas públicas eficientes para combater as desigualdades econômicas, de se construir uma infraestrutura capaz de atender às necessidades do País e de se desenvolver um sistema educacional eficaz para qualificar sucessivas gerações.

Ricuperro ressalta ainda a necessidade de a periferia ser integrada à sociedade por meio da educação e da economia e que as oportunidades de desenvolvimento do Brasil estão nas relações com a Ásia. Também comenta sobre o papel da diplomacia brasileira nas questões internacionais, reforçando nosso DNA conciliador e de “não comprar as brigas dos outros”.

Como podemos comparar o Brasil do século 20 com o do século 21?

A diferença é que passamos de um período de rápidas e profundas transformações na sociedade para um período de estabilização, no qual não cresceremos em termos de população ou tamanho de cidades, em que finalmente enfrentaremos os problemas que têm surgido durante esse rápido período de transformação. O Brasil entrou no século 20 com uma população entre 17 e 18 milhões de pessoas, das quais 86% eram totalmente analfabetas, boa parte vivia em áreas rurais e muitas eram oriundas da escravidão, abolida 12 anos antes. Então, era um país que dificilmente reconheceríamos hoje. Nasci em 1937, quando o Brasil tinha 39 milhões de pessoas. Hoje, tem 209 milhões. E isso não é algo normal. Na verdade, o crescimento de outros continentes e países, como a Europa Ocidental no século 19 e os Estados Unidos na segunda metade do século 19, foi muito mais gradual, não teve esse caráter explosivo do nosso crescimento. Isso se deu principalmente por causa de dois fenômenos: a explosão demográfica e o aumento enorme e acelerado da urbanização. Em curto período de tempo, o Brasil multiplicou sua população em ritmo muito rápido. Por exemplo, depois que nasci, durante as duas primeiras décadas, o Brasil crescia 3% ao ano. Hoje, cresce 0,7%. A taxa de fecundidade chegou a 6,2 no Brasil, uma taxa explosiva. Hoje, é de quase 1,7. Estamos abaixo do nível de reposição. Claro, existem regiões do Brasil, como o Nordeste, onde a taxa está acima disso. Mas estamos seguindo a mesma direção de países como Espanha, Itália, Japão e Coreia do Sul, que, em algum momento, começaram a encolher.

E qual é o impacto dessa tendência demográfica no cenário brasileiro, dos pontos de vista econômico, social e político?

O impacto é enorme, porque daqui a alguns anos, por volta de 2040, se nada mudar nesse comportamento, o Brasil vai começar a encolher. Só vai crescer novamente se tiver imigrantes. Não há outra maneira, porque, em geral, o comportamento demográfico é quase sempre irreversível. A principal causa

”
Nossa vocação sempre foi construtiva, de moderação, equilíbrio, sem comprar lutas que não são nossas.



da diminuição da taxa de fecundidade é a emancipação da mulher, quando ela começou a ir para o mercado de trabalho. Em geral, é uma consequência da urbanização. Isso, em um primeiro momento, é uma janela de oportunidades, já que teremos uma população jovem trabalhando, que contribuirá para a Previdência, crianças menos dependentes e um número não tão grande de idosos. Mas essa janela só ficará aberta por 30, 40 anos. E o tempo já está correndo contra nós. Se não criarmos mais trabalhos durante esse período, essa janela será fechada.

Como preparar o Brasil para o século 21 e esses desafios demográficos?

Bem, o primeiro grande desafio que vamos enfrentar já está sendo discutido: a reforma da seguridade social. Porque será muito grave em razão desse fenômeno que chamam de “transição demográfica”. Daqui a alguns anos, teremos um pequeno número de pessoas trabalhando ativamente e um número cada vez maior de pessoas não trabalhando, que precisarão ser apoiadas por aqueles que estão trabalhando. Como resolver essa equação? A primeira forma é estender o período mínimo de contribuição. As pessoas não são mais consideradas idosas aos 60 anos de idade. Na Itália, agora, para ser considerado um idoso, você deve ter 75 anos. Menos que isso, você ainda é considerado jovem. A segunda maneira é aumentar consideravelmente a participação das mulheres na força de trabalho. E o terceiro é a imigração. Ainda podemos fazer como Suécia, Noruega, Finlândia e França e criar condições para que as pessoas tenham mais filhos. Oferecendo benefícios, pagando por cada criança adicional, oferecendo licença-maternidade mais longa, às vezes até para o pai, para cuidar da criança. Muitas creches, centros de boa qualidade, tudo o que não temos.

Hoje, no Brasil, considerar a imigração em médio e longo prazos faz sentido para mim. Do ponto de vista de curto prazo, com a taxa de desemprego em 12%, como podemos resolver esse problema?

Esse problema do Brasil tem sido muito agravado pela crise econômica da qual estamos apenas começando a emergir de forma muito lenta, porque, antes disso, você deve lembrar que em 2009, 2010, no início do governo Dilma, parecia que havia emprego para todos. Não devemos considerar o fenômeno atual como tendência secular ou permanente, é consequência de uma crise de recessão muito séria e do fato de que a economia ainda não atingiu novamente o nível de investimento que precisaremos. Acredito que é perfeitamente plausível que o Brasil possa agora começar a impulsionar o seu crescimento com taxas que, levando em conta a menor expansão populacional, podem ser amplamente satisfatórias. O que o Brasil precisa é voltar a ter investimento para crescermos entre 4% e 6%. Atualmente, o Brasil tem uma capacidade ociosa muito grande, as indústrias estão operando a 80% de sua capacidade. Então, temos uma cota muito significativa que nos permite crescer sem novos investimentos, inicialmente. Só precisamos de um cenário mais confiante e esperançoso. E também temos muita oferta de mão de obra em decorrência da taxa de desemprego a 12%. No longo prazo, vamos ter problemas com a criação de empregos, porque teremos que lidar com o fenômeno da inteligência artificial, robôs, automação, então, vamos ter que investir cada vez mais na preparação de mão de obra qualificada, que também pode atender aos setores que vão crescer. A educação e a saúde serão, no futuro, as grandes geradoras de oportunidades de emprego. Para isso, precisamos qualificar as pessoas.

E quando será a educação uma prioridade no Brasil?

Tenho a sensação de que está começando a se tornar prioridade. Ainda não mostrou resultados concretos, mas não sou pessimista quanto à nossa capacidade de aprender com nossas derrotas e nossos problemas. Quando era jovem, durante o governo de Juscelino Kubitschek, o Brasil estava crescendo muito rápido. E naquela época era comum ouvir: “Veja, o Brasil teve um desempenho muito significativo no crescimento material da eco-

nomia”. Agora, é uma falha na distribuição. Os índices sociais são terríveis, somos um país herdeiro da escravidão, com uma grave injustiça nas concentrações de riqueza e renda; aprendemos a crescer, mas não a distribuir. Bem, depois de tanto sofrimento, depois de muita discussão, finalmente descobrimos fórmulas, como o Bolsa Família, e outros programas, como os de financiamento da educação, universalmente reconhecidos.

Outro exemplo é a hiperinflação. Já se passaram 25 anos desde que me tornei ministro da Fazenda e lançamos o real. Naquela época, as pessoas diziam que o brasileiro era geneticamente incapaz de ter uma moeda estável. Desde que tivemos inflação por tanto tempo, com correção monetária, houve um ceticismo invencível e disseminado. “Nós nunca teremos uma moeda” – e, agora, nós temos. Nós fomos capazes de vencer as pessoas. Acho que a mesma coisa está começando a acontecer com a educação. Não estamos lá ainda. Discutimos muitas maneiras de melhorar, mas começamos a ver um consenso emergente, que depende de boa gestão, valorizando os professores.

Ou seja, um Plano Real para a educação?

Exatamente. Nós não tivemos nada parecido e, infelizmente, não parece que estamos prestes a fazê-lo, mas a sociedade civil tem discutido muito, e esse é o caminho para a nossa redenção, não há dúvida sobre isso. De todos os problemas que herdamos, o mais grave foi o desprezo pela educação. O Brasil começou a prestar atenção à educação de forma muito gradual, especialmente a educação básica. E a educação é a ferramenta de autopromoção das pessoas. A única maneira de corrigir essa terrível herança de desigualdade é dar educação pública gratuita de qualidade para todos. Então, esse será o grande instrumento para construir o futuro do Brasil. O maior desafio do País no século 21 é enfrentar, de uma vez por todas, a herança da desigualdade. Nesse fenômeno da multiplicação e do inchaço das cidades, apareceu um novo ator na vida brasileira, formado pelas periferias. Esse ator novo, social, político e econômico deseja um lu-

”

A história brasileira, como a história da América Latina, só vai ter estabilidade quando a periferia conseguir encontrar um lugar ao sol. O nosso grande desafio é construir uma economia e uma educação que facilitem isso.

gar ao sol. E toda vez que aparece um ator novo na história, causa desestabilização. Foi assim na Europa do século 19, com aqueles operários dos arredores de Paris, Berlim e Milão, que confrontaram os sistemas dominados pelos burgueses. E foi penoso abrir espaço para esse novo ator, que eram os partidos sociais-democráticos. Houve revoluções, mas, pouco a pouco, essa população foi se integrando à sociedade. Esse é o grande desafio, nosso futuro depende disso.

O século 21 é marcado por dois gigantes: Estados Unidos e China. Como o Brasil deve agir nesse cenário e nas relações bilaterais com cada um desses personagens?

A China é realmente a estrela do futuro. Não sabemos nem podemos dizer se continuará crescendo no ritmo que vem crescendo, mas há 30 anos vem fazendo isso, algo que infelizmente não conseguimos, porque nosso fracasso (e o da América Latina) foi que nós não conseguimos crescer ininterruptamente durante 30 anos. Porque é isso que você precisa fazer para diminuir a distância que nos separa dos países avançados. O posicionamento brasileiro deve ser o de buscar o seu desenvolvimento, aproveitando as oportunidades criadas por esse movimento da história, um movimento que não podemos parar. Devemos investir cada vez mais em relações econômicas, comerciais e tecnológicas com os países asiáticos. Não me refiro apenas à China, mas também ao Japão, à Coreia do Sul, à Índia; no futuro, todos esses países no sudeste da Ásia, que sempre representarão uma grande demanda por alimentos, proteína animal, porque estão se concentrando principalmente na área industrial, eles precisarão de matérias-primas. O Brasil precisa estabelecer um relacionamento frutífero com os países que irão representar e aumentar a demanda, que também podem investir aqui, porque, você sabe, um dos problemas que está dificultando o desenvolvimento brasileiro é a nossa infraestrutura precária.

Investindo no relacionamento com a China e a Ásia, significa que isso vai acontecer à custa do nosso relacionamento com os Estados Unidos, ou esse não é o nome do jogo?

Não, esse não é o nome do jogo, principalmente se o Brasil souber manter sua visão e autonomia de atuação no cenário internacional. É sensato, no caso do Brasil, manter sua independência, ter as melhores relações possíveis com todos, se possível ajudá-los a se entenderem – se possível, porque nossa vocação sempre foi construtiva, de moderação, equilíbrio, sem comprar brigas que não são nossas! Tivemos um famoso ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, que dizia: “Olha, o que eu mais odeio são aquelas pessoas que fazem questão de atravessar a rua para pisar em uma casca de banana do outro lado”. Então, não temos de pisar nessas “cascas de banana”, porque elas estão do outro lado, elas não estão do nosso lado.

Então, como explica as súbitas mudanças na política externa brasileira no atual governo de Jair Bolsonaro?

Ideologia. É um governo que vê o mundo através de lentes distorcidas. O primeiro passo para ter bons relacionamentos na política externa é saber ouvir o que está acontecendo ao redor do mundo. Saber entender as tendências do mundo, para onde está indo. Hoje, as pessoas no poder têm um julgamento da situação mundial que é, pelo menos, pode-se dizer, extravagante. No Brasil, criamos uma ideia de nós mesmos, de sermos um país conciliador, que ama o equilíbrio, que não tem aspirações infantis de hegemonia, que busca conciliar opiniões, que procura evitar conflitos ao invés de criá-los, vem dos valores diplomáticos. Foi incorporado ao nosso conceito de nação. Podem dizer que isso é algum tipo de ideologia, e é verdade, mas é melhor ter uma ideologia positiva a nos vermos como uma nação perigosa, conquistadora e militarmente forte. Essa não é a nossa tradição. A nossa é uma tradição em que a glória vem principalmente da diplomacia, e não da guerra.

UM BRASIL é uma plataforma multimídia composta por entrevistas, debates e documentários com nomes do meio acadêmico, intelectual e empresarial. O conteúdo desses encontros aborda questões importantes sobre os quadros econômico, político e social do Brasil.

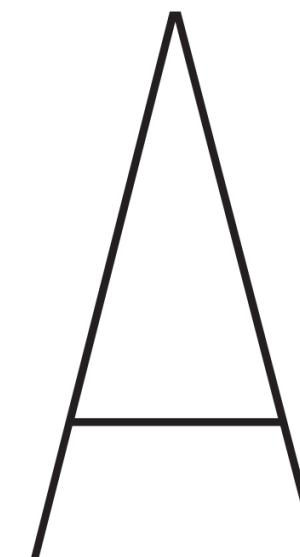
Saiba mais em www.umbrasil.com



&

TRABALHO ESCRAVO PERSISTE

texto GUILHERME MEIRELLES | fotos CHRISTIAN PARENTE



As mãos tremem e os olhos ficam marejados. Ao lado de Paco*, 35, com quem está casada há 22 anos, a boliviana Maria*, 36, não consegue conter a emoção ao relatar os momentos que antecederam a fuga de uma oficina têxtil clandestina, no bairro da Casa Verde (zona norte de São Paulo), onde permaneceu durante 13 meses em condições de trabalho escravo. “Posso suportar maus-tratos, mas não podia aguentar que fizessem o mesmo com as minhas filhas”, diz, em um espanhol acelerado, no mesmo ritmo de seus passos naquela tarde abafada de fevereiro deste ano. “Meu chefe não dava almoço há dois dias para minhas filhas de 6 e 10 anos, quando começaram a ir para a escola. No terceiro dia, disse a ele que precisava ir ao dentista. Peguei as duas meninas, corremos por quatro quarteirões, entramos no consultório e eu comecei a chorar. Estava muito nervosa. A dentista, que já havia tratado minha filha, me acalmou, disse que conhecia pessoas que atuavam com imigrantes e me levou a um grupo lá perto.”

Mais calma, Maria e as filhas foram recebidas por voluntárias do grupo Rodas de Conversa, uma iniciativa do Centro de Apoio e Pastoral do Migrante (Cami), entidade que há 13 anos lida com questões de direitos humanos dos estrangeiros que chegam à região da Grande São Paulo. Da Casa Verde, foram transportadas até a sede do Cami, um casarão do século 19, nos Campos Elíseos. Lá, foram atendidas por assistentes sociais e advogados, que ficaram perplexos com o relato da boliviana.

**Nomes fictícios para preservar a segurança dos entrevistados*

Até então, tanto Maria como Paco tinham pouco contato com brasileiros. Após viajarem por uma noite de Santa Cruz de La Sierra até Puerto Quijarro na fronteira com o Brasil, chegaram a Corumbá (MS) com documentos falsos entregues pelo aliciador. Vieram direto de Corumbá para a oficina de costura em uma viagem de 36 horas de ônibus, no início de 2018. Desde então, viviam em um sobrado, onde trabalhavam de segunda a sexta-feira, das 6h30 às 22h30, dormindo na companhia de três filhos, em um cubículo de 6 metros quadrados no andar superior, que mal comportava um beliche, uma cama de casal e um armário. Quando chegaram, o local abrigava mais cinco pessoas. Com o passar do tempo, três foram embora e outras seis chegaram, todas bolivianas. As refeições eram feitas no próprio local: café da manhã com um pão seco e uma xícara aguada de chá ou café, macarrão com frango ou carne no almoço, um lanche no meio da tarde e o mesmo cardápio do almoço no jantar. Suas saídas da oficina se limitavam às tardes de sábado e aos domingos, quando se dirigiam até o terminal de ônibus do bairro e ali aproveitavam o Wi-Fi gratuito para falar com os parentes na Bolívia. “Dizíamos sempre que estava tudo bem, para eles não ficarem preocupados”, conta Paco, que viveu horas de angústia com a falta de notícias da mulher e das filhas.

A tensão durou até a manhã do dia seguinte, quando os funcionários do Cami foram surpreendidos pela chegada do dono da oficina acompanhado de Paco. “O dono foi alertado por um vizinho que viu Maria e as filhas com nossas voluntárias. Ele queria que elas voltassem ao trabalho. Mas nossos advogados foram firmes, e, então, ele entendeu que se tratava de um crime de trabalho escravo”, recorda o coordenador executivo do Cami, Roque Patussi. Para evitar que o episódio ganhasse contornos mais graves, foi promovida uma mediação trabalhista e estipulado um valor como se ambos estivessem contratados formalmente pela CLT. Hoje, a família mora provisoriamente em uma casa na zona sul

e não tem planos de voltar para a Bolívia. Quando a reportagem conversou com o casal, eles ainda não haviam conseguido recolocação, estavam regularizando seus documentos e abrindo conta em banco. Já a oficina continua operando normalmente, uma vez que, pelo menos nesse caso, não houve a participação de agentes federais ou do Ministério Público.

CASOS COMUNS

Situações como essa são comuns em São Paulo, e as principais vítimas são os bolivianos, que chegam ao País seduzidos por propostas aparentemente atraentes, mas que não se concretizam quando desembarcam por aqui. No caso de Paco e Maria, a promessa era de pagamento de R\$ 2 por peça de roupa, o que projetava um rendimento mensal bem acima dos 3,5 mil bolivianos (equivalente a R\$ 1,8 mil) que ganhavam, ele como motorista e ela como vendedora ambulante. Mas ao chegarem ao novo local de trabalho, o dono disse que ganhariam R\$ 0,25 por peça. Ali, eles produziam moda esportiva falsificada da Nike e da Adidas e roupas femininas e ainda teriam que pagar as despesas das passagens e da alimentação na viagem. “Em seis meses, tínhamos um saldo negativo de R\$ 1 mil”, recorda

O BRASIL FOI O PRIMEIRO PAÍS CONDENADO PELA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA) POR NÃO PREVENIR A PRÁTICA DE TRABALHO ESCRAVO E O TRÁFICO DE PESSOAS



“TEM HAVIDO A REDUÇÃO DE OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO, E OS RECURSOS ESTÃO EM QUEDA, MAS NÃO É DE AGORA, VEM DESDE O GOVERNO DILMA.”

LEONARDO SAKAMOTO, conselheiro do Fundo das Nações Unidas para Formas Contemporâneas de Escravidão

Paco. Os pontos preferidos pela máfia de aliciadores estão concentrados em bairros da região central e da zona norte e na Grande São Paulo. Em janeiro, a Polícia Federal resgatou 33 bolivianos que viviam em condições de trabalho escravo em uma oficina de costura, no município de Carapicuíba. Na ocasião, foram presos quatro bolivianos responsáveis pela casa. Não há uma série histórica sobre esse tipo de apreensão. Mas, segundo o Observatório do Trabalho Escravo, dos 53.607 resgates registrados, 45.028 ocorreram entre 2003 e 2018.

Segundo Patussi, mesmo com a ação dos agentes federais, tem havido um crescimento de ocorrências. “Até março, o Cami participou de 49 resgates, o mesmo número de todo o ano passado”, ressalta. Após o resgate, o trabalho da entidade se concentra em regularizar a situação do imigrante e torná-lo um cidadão capaz de se inserir no mercado de trabalho. “Agendamos horários para retirada de documentos, oferecemos cursos de português e disponibilizamos assessoria jurídica”, conta o coordenador.

Desde a década de 1990, o governo tem apresentado programas de combate ao trabalho escravo, mas os resultados ainda não foram suficientes para evitar a situação vergonhosa do País no cenário internacional. Em outubro de 2016, o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), instituição jurídica autônoma da Organização dos Estados Americanos (OEA), por tolerar a escravidão em determinadas situações, declarando que o País é responsável por não prevenir a prática de trabalho escravo e o tráfico de pessoas. O Brasil foi a primeira nação condenada pela OEA por esse motivo. A condenação vem em razão do resgate de 85 trabalhadores rurais que trabalhavam em condições sub-humanas, em uma fazenda no Pará, em 2000. A violação de direitos trabalhistas acontecia desde 1989 sem que tivesse havido qualquer intervenção dos órgãos públicos responsáveis pela fiscalização. Segundo definição da OEA, a escravidão moderna “se manifesta nos dias de hoje de várias maneiras, mas mantendo certas características

essenciais comuns à escravidão tradicional, como o exercício do controle sobre uma pessoa mediante coação física ou psicológica, de tal forma que implique a perda de sua autonomia individual e a exploração contra sua vontade”.

Criado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), o Observatório Digital do Trabalho Escravo no Brasil acompanha e registra todas as violações desde 1995. Em 24 anos, foram realizados 53.607 resgates em inspeções realizadas pelo MPT. Embora esses sejam dados oficiais, não há estatísticas precisas, já que a maior parte dos casos se concentra em áreas de difícil acesso e há falta de gente nas fiscalizações. O órgão era ligado, até o ano passado, ao Ministério do Trabalho e, hoje, está sob o acompanhamento do Ministério da Economia. As maiores operações têm acontecido nos Estados do Pará (10.043 resgatados), do Mato Grosso (4.394 pessoas) e de Goiás (3.944), onde são resgatados trabalhadores rurais brasileiros de diversas regiões. Na Grande São Paulo, predominantemente bolivianos, segundo o observatório digital, sempre em grandes latifúndios, de difícil acesso tanto para chegar como, principalmente, para fugir. Hoje, o principal receio das entidades e do MPT é a extinção do Ministério do Trabalho e as diretrizes do atual governo quanto às ações de combate ao trabalho escravo. Segundo Leonardo Sakamoto, diretor da Repórter Brasil – entidade fundada por jornalistas, cientistas sociais e educadores com o objetivo de fomentar reflexão e ação sobre



a violação aos direitos fundamentais dos povos e trabalhadores – e conselheiro do Fundo das Nações Unidas para Formas Contemporâneas de Escravidão, não foram observadas mudanças significativas nos três primeiros meses. “Tem havido a redução de operações de fiscalização, e os recursos estão em queda, mas não é de agora, vem desde o governo Dilma”, diz, lembrando que, neste ano, houve um resgate de quatro pessoas em uma carvoaria, no interior de Minas Gerais. Segundo a inspeção, os trabalhadores viviam em lonas e camas improvisadas, faziam suas necessidades no mato e trabalhavam 17 horas por dia, sem folgas.

Para coibir e constringer as empresas que se utilizam do trabalho escravo, está em vigor, desde 2003, a conhecida “lista suja” (Portaria n.º 1.234/2003), que estabelece o cadastro de empregadores que mantiveram trabalhadores em condições análogas à escravidão. Entre os anos de 2014 e 2017, a “lista suja” esteve suspensa a pedido do STF e retornou reformulada em 2017, tornando-se mais flexível quanto aos critérios para identificação do trabalho escravo. Segundo entidades, o então presidente Michel Temer cedeu às exigências da bancada ruralista, e, desde então, o trabalho escravo só pode ser definido como tal se houver comprovada privação do direito de ir e vir. Já os nomes das empresas da lista passam a ser atribuição do ministro da pasta (no caso, Paulo Guedes), e não mais da equipe técnica do MPT. Segundo Sakamoto, historicamente a lista suja é um avanço. “Antes de sua edição, havia dificuldade para citar as montadoras de veículos, que se beneficiavam do trabalho escravo nas carvoarias, produtoras de matéria-prima para o aço. Ao longo dos anos, grandes corporações foram citadas, e há o registro de uma companhia do setor de energia que perdeu valor na Bolsa assim que seu nome surgiu na lista. A divulgação cria pressão nas empresas, e elas estão preocupadas com suas imagens”, afirma.

A apreensão das empresas vem sendo publicamente manifestada em seus relatórios de sustentabilidade, mas nem sempre os compro-

&

missos são cumpridos, afirma a coordenadora do Grupo de Pesquisa sobre Direitos Humanos e Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Flavia Scabin, durante encontro, em São Paulo, que debateu o papel do setor financeiro no combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas. “A FGV analisou 464 relatórios de sustentabilidade, e todas falam em direitos humanos. Mas quando falamos sobre métricas de prevenção, apenas 40% tratam de auditorias em relação aos compromissos adotados. Poucas estendem as questões de direitos humanos para as suas cadeias produtivas”, diz a pesquisadora.

Apesar de haver uma resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) vedando a contratação ou renovação de crédito rural por pessoas ou empresas envolvidas com trabalho escravo, a norma vem sendo descumprida pelas grandes instituições financeiras. “Quebramos o sigilo bancário de várias empresas envolvidas e constatamos que elas receberam crédito rural mesmo após terem sido incluídas na ‘lista suja’”, afirma o coordenador do Grupo de Trabalho de Instrumentos Econômicos e de Governança do Ministério Público do Trabalho, o procurador Rafael de Araújo Gomes. Segundo ele, o MPT deverá ingressar ainda em 2019 com uma ação civil pública contra as instituições que estão descumprindo as normas do CMN.





Senac. |

*INVESTIR NO SEU
FUTURO CUSTA
MENOS DO QUE
VOCÊ IMAGINA.*

30%
DE DESCONTO

Em todos os cursos presenciais
livres, técnicos e de idiomas.

www.sp.senac.br

STEFANY ROLIM
Aluna do Senac
São Paulo.

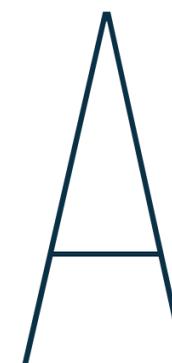
Consulte o site para mais informações:
www.sp.senac.br/desconto



MANICÔMIO

TRIBUTÁRIO

texto FILIPE LOPES



A carga tributária brasileira é uma das mais elevadas do mundo. Em 2018, representou 33,5% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo projeções do Tesouro Nacional. Em países como Coreia do Sul (26,3%), Estados Unidos (26%) e Chile (20,4%), os tributos têm menos peso.

Mas isso não é tudo. A forma de tributação nacional pesa mais sobre os que podem pagar menos. O carro-chefe da arrecadação é o consumo de bens e serviços, que representa 48,44% do todo, seguido pelos impostos sobre a folha salarial (26,12%), renda (19,22%) e propriedade (4,58%). Os demais tributos incidem sobre transferências bancárias (1,63%) e outros (0,01%), estes dados são da Receita Federal (2017).

Tal dinâmica, que onera mais os pobres e as empresas que geram emprego, vai na contramão do que é praticado na maior parte dos países desenvolvidos e emergentes. Comparando com os 36 países que fazem parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil (15,4% do PIB) fica atrás apenas de Grécia (15,8%) e Hungria (16,7%) na carga tributária sobre bens e serviços, segundo dados do relatório *Revenue Statistic 2018*, cuja base são informações apuradas em 2016.

Em contrapartida, quando a carga tributária incide sobre a renda, lucro e ganho de capital, o Brasil aparece na “lanterninha” com apenas 6,5% do PIB, atrás de outros países emergentes como Chile (6,8%), México (7,3%) e Coreia do Sul (8,2%) e muito atrás de países desenvolvidos como França (10,6%), Reino Unido (11,9%), Alemanha (12%), Estados Unidos (12,7%) e Canadá (15,1%).

Com a Constituição Federal de 1988, o sistema tributário nacional partilhou os impostos entre União, Estados e municípios. Em pouco mais de três décadas, a legislação recebeu 390 mil normas (alterações), segundo estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT). As mudanças culminaram na criação de uma dezena de novos impostos e tornaram o pano-

rama heterogêneo, ou seja, Estados e municípios são independentes para tributar seus contribuintes e oferecer benefícios aos setores que julgarem relevantes. Abriu-se caminho para a chamada “guerra fiscal” e a dupla tributação em muitos casos.

Esse cenário não apenas exige mais empenho dos trabalhadores, cuja disponibilidade para o consumo se reduz, como ceifa a capacidade produtiva das empresas, que destinam mais recursos para manter equipes voltadas exclusivamente para lidar com o Fisco. Além disso, dificulta o aporte de investimentos em inovação e tecnologia para tornar os negócios mais eficientes. Segundo levantamento do IBPT, as empresas gastam R\$ 65 bilhões por ano para acompanhar as mudanças da legislação tributária brasileira. O valor se refere aos gastos corporativos com pessoal, sistemas e equipamentos que atuam no acompanhamento das modificações da legislação.

“É inevitável a imperfeição dos sistemas tributários, gerada em ambientes legislativos em que prevalecem conflitos de razão e de interesse. Por causa de tal complexidade, a obsolescência dos sistemas pode não ser integral, mas apenas de alguns setores: não há uma ‘Reforma Tributária’, mas ‘reformas tributárias’ necessárias e permanentes”, apontou o ex-secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, durante reunião do Conselho de Assuntos Tributários (CAT) da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP).

PROPOSTAS À MESA

No ano passado, a proposta de Reforma Tributária que mais avançou na Câmara dos Deputados foi a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n.º 293/04, proposta pelo governo federal e cuja relatoria coube, desde 2017, ao ex-deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR). A ideia era substituir os atuais 16 tributos por apenas três: Imposto de Valor Agregado (IVA), Imposto Seletivo (IS) monofásico e Imposto de Renda (IR). Toda a transição aconteceria em um ano. Com a eleição de Jair Bolsonaro e o começo de uma nova legislatura, o texto esfriou e deve ganhar novos contornos.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) também formulou sua proposta. O texto previa a simplificação da configuração atual em três módulos. Na primeira fase, haveria apenas tributos federais, substituindo o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) por

“ESTUDOS APONTAM QUE R\$ 1 BILHÃO
ALOCADO NO BOLSA FAMÍLIA TEM EFEITO
NA DIMINUIÇÃO DA DESIGUALDADE
12 VEZES MAIOR DO QUE A DESONERAÇÃO
DE R\$ 1 BILHÃO DA CESTA BÁSICA.”

BERNARD APPY, diretor do CCiF

um Imposto Sobre Valor Agregado Federal (IVA-F). Durante a segunda fase, os impostos estaduais seriam unificados (IVA-E). Na última etapa, os dois sistemas seriam harmonizados em alíquotas similares. A ideia também não prosperou.

A “bola da vez” é a proposição do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), de autoria do ex-secretário de Política Econômica e ex-secretário-executivo do Ministério da Fazenda e diretor do CCiF, Bernard Appy. Durante as eleições presidenciais de 2018, ele se reuniu com a maioria dos postulantes ao Palácio do Planalto para disseminar sua ideia. Nesse caso, o que se almeja é unificar os impostos sobre o consumo (IPI, PIS, Cofins, ISS e o – ICMS) em apenas um: o Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS).

Também seria criado o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, para onerar a produção de bens e serviços geradores de externalidades negativas, como fumo e bebidas alcoólicas.

Segundo Appy, a tributação nacional tem muitos problemas, principalmente nos impostos indiretos sobre bens e serviços, que incidem sobre toda a cadeia produtiva. “Tudo o que a empresa compra para produzir um produto, como componentes, insumos, água e energia elétrica é

tributado durante a produção e o valor é recuperado em forma de crédito, no momento da venda, o que limita o investimento”, aponta.

O economista defende a adoção de um imposto único, que faria o País crescer, segundo as projeções do CCiF, cerca de 10% a mais nos próximos dez anos. “Com um imposto único, o consumidor é quem paga o valor diretamente no momento da compra, com o tributo discriminado na nota fiscal. Isso aumentaria a transparência entre Fisco e contribuintes, mas principalmente desoneraria o investimento e a exportação, elevando a capacidade produtiva das empresas”, conclui. A medida também acabaria com a guerra fiscal, uma vez que extingue o ICMS.

O IBS seria um imposto sobre o valor agregado clássico compreendendo as características consolidadas no cenário internacional: créditos financeiros, alíquotas únicas por ente tributante, princípio de destino, desoneração de investimentos, devolução tempestiva de créditos acumulados e eliminação de incentivos e benefícios fiscais.

“Estados e municípios teriam autonomia para fixar suas próprias alíquotas, que seriam únicas para operações com bens e serviços realizadas dentro dos seus territórios. Nas operações

entre Estados ou municípios, no caso de vendas não presenciais ao consumidor final, seriam aplicadas as alíquotas dos Estados ou dos municípios de destino”, afirma Appy.

O plano também dispõe de um dispositivo que permite recompor a receita do ISS nos municípios, que poderão cobrar o IBS com uma alíquota acrescida sobre as operações finais com bens e serviços, normalmente efetuadas no comércio de varejo. Na prática, o lojista recolheria dois impostos (IBS estadual e municipal), sendo o de competência da prefeitura não sujeito à apuração pelo sistema de débitos e créditos por se tratar de imposto monofásico sobre operações finais. No caso do e-commerce (com vendas não presenciais), seriam aplicadas as alíquotas do município de destino.

A carga tributária atual será mantida e a proposta prevê uma transição de dez anos para implantação da nova tributação, sendo os dois primeiros destinados aos testes. “Precisamos de dez anos, porque tem muito investimento feito em cima do sistema tributário atual. Se mudar de uma hora para outra, empresas vão quebrar e outras vão operar com uma margem muito baixa, podendo haver perda de capital”, pondera Appy.

IMPOSTO ULTRAPASSADO?

“Imposto do século 20 é ultrapassado”, enfatiza o economista Everardo Maciel quando questionado a respeito do Imposto Sobre Valor Agregado (IVA). O ex-secretário da Receita Federal não está sozinho neste pensamento. O modelo de imposto único foi criado na França na década de 1950, quando as relações comerciais eram simples e entre países de economias parecidas. Entretanto, quase 70 anos depois, a economia global se transformou completamente e surgiram novas formas comerciais nunca antes imaginadas, como o comércio eletrônico, os bens intangíveis (tecnologia e arte), além de novos serviços que são criados antes mesmo de existir uma legislação: como tributá-los? “As mudanças das relações econômicas do mundo atual são muito rápidas. O IVA surgiu na década de 1950, mas hoje, por exemplo, o comércio eletrônico e o setor de serviços necessitam de um sistema moderno que se adéque às transformações atuais ou corremos o risco de adotar algo que já nasce obsoleto”, pondera o jurista Ives Gandra Martins. Para o diretor do CCiF, Bernard Appy, afirmar que o IVA é ultrapassado é um grande equívoco. “Nenhum país que pratica o IVA quer abandoná-lo”, aponta. Mas ele concorda que existem sistemas bons e ruins, que necessitam de atualizações para incorporar todas as atividades econômicas. “A única questão que ainda paira sobre o IVA se refere à importação de intangíveis por pessoa física. Nesses casos, mecanismos para controlar e acompanhar instrumentos de pagamentos, como cartão de crédito, para identificar como aquela transação será tributada, devem ser usados”, conclui.

Foto: Christian Parente



Everardo Maciel: “É inevitável a imperfeição dos sistemas tributários, gerada em ambientes legislativos em que prevalecem conflitos de razão e de interesse”

A proposta do CCiF foi completamente incorporada à PEC apresentada no início de abril pelo líder do MDB na Câmara, deputado Baleia Rossi (MDB-SP), que substituiu a proposta do ex-deputado Haully.

Em paralelo, o Ministério da Economia também lançou sua proposta de Reforma Tributária, menos ambiciosa do que a orquestrada por Appy, com a adoção do IVA, apenas para tributos federais. Na prática, seriam extintos PIS, Cofins, IPI e parte do IOF, que não tem característica regulatória, e dariam lugar ao IVA. Apesar de federal, o novo imposto único seria partilhado também com Estados e municípios (as fatias que cada ente federativo receberia ainda não foram definidas).

Além disso, o governo pretende acabar com a tributação sobre a folha de salários. Hoje, em média, as empresas recolhem ao INSS cerca de 20% sobre a folha de pagamento. Para compensar a extinção do imposto, será criado um tributo sobre qualquer tipo de pagamento. Em abril, durante anúncio das medidas feito em reunião com prefeitos em Brasília, o secretário da Receita Federal, Marcos Cintra, disse que o novo imposto

DESTRAVAR NO CURTO PRAZO

Os 12 anteprojetos elencados pela FecomercioSP dispensam alteração constitucional e prometem simplificar o sistema tributário nacional, desburocratizando o ambiente de negócios do País.

1. Compensação universal de tributos

No âmbito de cada ente federativo (União, Estados e municípios), será possível a compensação tributária, inclusive a contribuição patronal previdenciária. A medida é objetiva e de justiça social, pois se o contribuinte deve ao Estado, tem a obrigação de pagar e vice-versa, mas tal pagamento merece ser realizado de forma ágil.

2. Equivalência entre os encargos aplicáveis às restituições e aos ressarcimentos

Busca estabelecer a igualdade tributária, prevendo a obrigatoriedade recíproca para a cobrança de tributos e o seu ressarcimento. O contribuinte devedor deve arcar com multa, mora, juros e taxa Selic; e o Estado, ao efetuar pagamentos, além da demora na restituição ou ressarcimento, se utiliza de critérios diferenciados para pagar sem aplicação dos mesmos encargos submetidos ao contribuinte.

3. Imputação de responsabilidade tributária

O anteprojeto estabelece que a imputação (atribuição) de responsabilidade se dê no ato do lançamento, exceto por fato desconhecido ou hipótese superveniente, e mediante notificação e que esta imputação pode se dar posteriormente ao ato de lançamento. A medida quer assegurar os direitos do contribuinte ao contraditório, à ampla defesa e à lealdade processual.

4. Critérios para retenção em malha

O Fisco deve ter a obrigação de informar previamente à declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) regras e instruções para a declaração de ajuste do IRPF, com os critérios que serão utilizados para o exame das declarações que poderão resultar na retenção em malha.

5. Prazo máximo para consultas

A legislação tributária confere ao contribuinte a possibilidade de formular consulta a fim

de tirar dúvidas ou buscar esclarecimento sobre o pagamento dos impostos. A resposta a essa consulta deve ser em prazo razoável, pois a demora na solução da consulta do contribuinte pode ensejar o pagamento do tributo indevido ou incorreto. A proposta é de fixar prazo de 120 dias para a resposta à consulta.

6. Justificação para a ineficácia de consultas e regulamentação do procedimento de consulta no caso de perda de prazo

Pretende inserir dispositivos que estabeleçam como proceder no caso de perda de prazo do Fisco, quando da solução de consulta tributária. Inúmeras são as situações em que, em decorrência da demora da resposta de consulta, o contribuinte acaba pagando indevidamente (a maior ou a menor), com evidente prejuízo para a posterior regularização no Fisco.

7. Justa causa e mandado específico nos procedimentos de fiscalização

Propõe que o mandado de fiscalização (documento que instaura a fiscalização) tenha as seguintes informações: o objeto preciso da fiscalização, o período a que ela se refere, a indicação da autoridade tributária que determinou a fiscalização e o modo pelo qual a legitimidade do mandado poderá ser verificada. É proposto no texto que a fiscalização tenha início após 48 horas da apresentação do mandado fiscal ao contribuinte.

8. Limita a instituição de obrigações acessórias

Assegura a estabilidade normativa e a previsibilidade da ação estatal. Sendo assim, propõe que as obrigações acessórias somente sejam instituídas até 30 de junho do ano anterior. A medida permite ao contribuinte estabelecer um planejamento no que tange à sua atuação empresarial, além de ter tempo para se adaptar a novas obrigações acessórias.

9. Vedação da utilização de certidão negativa como sanção política

A proposta é que a certidão negativa de débitos fiscais não impeça que o contribuinte participe de processo licitatório aberto pelo credor. Entre as restrições que causam uma certidão negativa, a pior é a impossibilidade de participação em processo licitatório, o que, para muitos contribuintes, significa a condenação do seu negócio, pois sendo inadimplente e não podendo atuar, não pode quitar suas dívidas com fornecedores, bem como com as fazendas públicas.

10. Unificação cadastral

A unificação cadastral da União, de Estados, do Distrito Federal e de municípios é antiga e se configura como uma justa reivindicação dos contribuintes. A medida significaria mais agilidade no desempenho das funções fiscalizatórias e, ao mesmo tempo, menos burocracia ao contribuinte.

11. Fixar sanções ao ente federado que não consolidar anualmente sua legislação tributária

É importante que seja fixada sanção aos Poderes Executivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios caso não editem decreto até o dia 31 de janeiro de cada ano com a consolidação da legislação tributária de sua competência. Esse anteprojeto estabelece que o descumprimento de tal obrigação seja tipificado como crime de improbidade administrativa, por omissão.

12. Vedação do uso de medidas provisórias em matéria tributária e a instituição do princípio da interioridade plena

Única proposta que requer alteração constitucional para garantir que nenhuma matéria tributária possa ser tratada via medida provisória (que, após aprovação, é colocada em vigor imediatamente) e que seja instituída a anterioridade plena, para que apenas seja possível instituir ou majorar tributo se aprovado até 30 de junho do exercício anterior (junto com o orçamento). A medida pretende dar mais segurança jurídica ao contribuinte, sendo um direito adquirido saber com antecedência e de forma clara quais os tributos que incidirão sobre sua atividade econômica.

“SE A DESPESA PÚBLICA FOR ALTA, A CARGA TRIBUTÁRIA SERÁ ALTA. QUANDO ALGUÉM PENSA EM REDUZIR A CARGA TRIBUTÁRIA, OLHE ANTES PARA A DESPESA.”

EVERARDO MACIEL,
ex-secretário da Receita Federal

será mais amplo do que a antiga Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF), pois taxará pagamentos no cheque, no cartão (crédito e débito), transferências bancárias, dinheiro vivo e escambo.

A reportagem da **Problemas Brasileiros** solicitou entrevista com representantes do Ministério da Economia e da Receita Federal, mas não recebeu retorno até o fechamento da edição.

Nenhuma proposta discutida pretende diminuir a carga tributária nacional, pois, segundo os especialistas, o nível de endividamento dos Estados e municípios e os altos gastos da União impossibilitam qualquer extinção de tributo. “A carga tributária não é alta nem baixa. É da exata altura da despesa pública. Então, se a despesa pública for alta, a carga tributária será alta. Quando alguém pensa em reduzir a carga tributária, olhe antes para a despesa. Costumo dizer que quem faz carga tributária não é imposto, é despesa”, afirma Everardo Maciel.

BUSCA POR ATALHOS

Embora haja consenso sobre a necessidade da Reforma Tributária, é unânime também a ideia de que será difícil aprová-la em curto prazo, por exigir alterações na Constituição e em razão de seu impacto nas contas dos Estados.

“As propostas de Reforma Tributária discutidas nos últimos anos são muito boas, mas todas dependem de alteração constitucional que exige quórum qualificado, o que dificulta a tramitação e a aprovação”, aponta o jurista e presidente do Conselho Superior de Direito da FecomercioSP, Ives Gandra Martins.

Ainda segundo Gandra Martins, as simplificações de obrigações acessórias, de emissão de documentos fiscais e do relacionamento com os fiscos são mais urgentes do que a própria Reforma Tributária para que se consiga ampliar investimentos, atrair empresas e aquecer a economia brasileira em curto prazo.

Para escapar dos jogos políticos que uma Emenda Constitucional exige, a pedido da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), os juristas Everardo Maciel e Ives Gandra Martins, elaboraram 12 anteprojetos [veja *propostas na página 40*], em conjunto com uma equipe de juristas e tributaristas, em um trabalho que se estendeu por seis meses. O resultado altera o panorama tributário por meio de leis complementares e ordinárias, com a possibilidade de serem implementadas imediatamente.

“A simplificação é uma tentativa mais fácil de se aprovar, além de evitar a corrupção e os descaminhos que ocorrem nas discussões políticas”, afirma Gandra Martins. Em todas as tentativas anteriores de melhorar o sistema brasileiro, o resultado foi a criação de mais impostos. Os caminhos para desatar os nós atuais são complexos e exigem intensa capacidade política para dialogar com municípios, Estados e União a fim de que todos abram mão de algum benefício em prol da Nação.

“Quem tem o poder não abre mão porque quer, cede porque é obrigado. Então, precisaríamos de um novo pacto federativo, muito difícil de ser alcançado no curto prazo. Até lá, o País não pode ficar parado e a simplificação vem para tornar o ambiente de negócios mais virtuoso”, conclui Gandra Martins.

&

la vita è migliore
a Venezia*



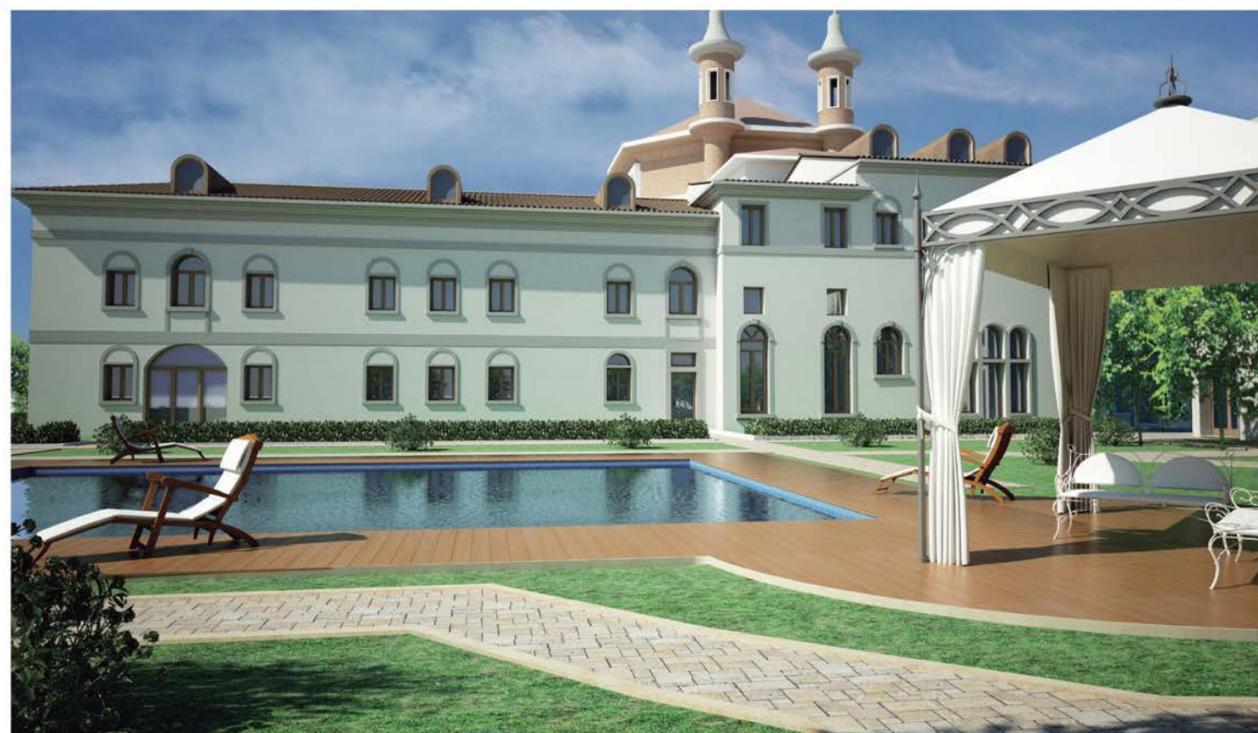
VENETIA DOMUS

ISOLA DI PELLESTRINA - VENEZIA

Quality of Life is the Key

CRECI 171382

*Tradução do título: a vida é melhor em Veneza. Nos reservamos o direito de corrigir eventuais erros de digitação, preço e descrição. **preço referencial, o valor oficial será apresentado pelo vendedor em moeda corrente nacional, utilizando este, o câmbio oficial na data da celebração do negócio



Apartamentos em **Veneza - Itália** com acesso direto ao canal e à praia,
a partir de **EUR 240.000 (€ - EUROS)****

ENTREGA PREVISTA: MAIO 2019



Compra e venda de imóveis para
você viver, investir ou se divertir.

ALPHAVILLE | MIAMI | ORLANDO
RIO DE JANEIRO | SÃO PAULO | VENEZA

 /cm.realestate

 /castanomartorani

www.castanomartorani.com

MENOS IMPOSTOS, MAIS CONSUMIDORES

A surpreendente falta de energia da economia brasileira depois de vários anos de inflação controlada, mudanças políticas e calendário eleitoral respeitados podem indicar um cenário de modelo estrutural esgotado. Cenário que se agravará se baixos índices de confiança evoluírem para uma crise de esperança com consequente insegurança estratégica que bloqueie investimentos. Estagnação econômica com baixos indicadores sociais não se resolve apenas com uma aposta única. Muito menos em virtude da espera prolongada que pode ser a reforma previdenciária.

Apesar das primeiras votações acontecerem, o ritmo lento e imprevisível que o parlamento decidiu dar à Reforma da Previdência, estimulado pelo próprio presidente – que abriu mão de comandar o leme político –, revela sinais de que não parece existir unidade em todo o governo sobre como enfrentar o desalento econômico com os fundamentos liberais. E são, também, muitas as dúvidas, na sociedade e no mercado, sobre a eficácia das medidas de reativação da atividade econômica. Dois dos principais fatores da permanência dessa má equação que influencia negativamente as expectativas liberalizantes – e deixa investidores, empresários e consumidores com um “pé atrás” – são a complexidade e o caráter injusto que é o pagamento de tributos no Brasil. Nunca teremos um bom ambiente de negócios se for mantida a alta pretensão reguladora, punitiva e excessiva de nossas políticas fiscal e tributária.

É essa situação tributária mal resolvida que se constitui no freio mais visível para abertura de empregos, aumento da produtividade e melhoria das condições de circulação e consumo de mercadorias. É pela simplificação que se aumenta a arrecadação, e não pela criação de qualquer outro imposto que aumente a carga tributária sufocante para a atividade econômica.

Mesmo com a democracia consolidada, sempre há decepções a superar. Decepções que aparecem quando o Estado não percebe que precisamos de cidadania comercial. Mais consumidores e contribuintes aparecem quando mais impostos desaparecem. E um dos elementos fundamentais do princípio da soberania do indivíduo se forma quando as estabilidades monetária, fiscal e tributária visarem a desenvolver a economia para criar prosperidade, combater a desigualdade e incentivar a mobilidade social e a circulação de mercadorias. Isso significa produzir riqueza para todos. Está certo o governo quando trabalha para criar um novo ambiente de liberdade econômica que apoie o empreendedor, desregulamente a atividade econômica e aumente a distribuição de renda. Mas, para isso, é preciso que os acenos para a livre-iniciativa venham acompanhados de leis que não inviabilizem a produtividade, o pleno emprego, as cidadanias comercial e financeira, o equilíbrio fiscal e a justiça tributária.

Precisamos construir um protocolo preventivo de conduta para recuperar ou estabelecer as bases econômicas do progresso a partir da simplificação e redução da carga tributária. Ninguém deverá ser desobrigado a contribuir, mas também ninguém será impedido de progredir sufocado por impostos exorbitantes. Para tornar o Brasil competitivo, é preciso dar focos social e pedagógico à desoneração fiscal: valorizar atividades econômicas essenciais ao consumo, distinguir as que contribuem diretamente para a melhor convivência humana e desonerar as empresas que apostam em inovação, pesquisa e soluções originais. E um bom sentido da Reforma Tributária seria também decidir que atividades sustentáveis e/ou altamente empregadoras de mão de obra paguem menos impostos.

&



PAULO DELGADO

é sociólogo e copresidente do
Conselho de Economia, Sociologia
e Política da FecomercioSP



MARANHÃO EM BUSCA DA RIQUEZA PERDIDA

É difícil acreditar, mas o Maranhão, um dos Estados mais pobres do Brasil, já foi riquíssimo. Entre os séculos 18 e 19, o algodão lhe rendeu cem anos de abundância e a maior renda per capita do País. Dos dias de glória, hoje restam as sombras nos casarios azulejados da capital, São Luís. Com a economia estagnada, acumula indicadores sociais ruins e, nos últimos anos, se esforça para recuperar o tempo perdido.

texto LEDA ROSA



Com 7.035.055 milhões de habitantes em 2018, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Maranhão tem a décima maior população do País e extensão territorial de 329.642,170 quilômetros quadrados, oitavo lugar nacional, com 217 municípios. O Produto Interno Bruto (PIB) estadual somou R\$ 85 bilhões em 2016, 17º no ranking dos Estados (IBGE). As previsões do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (Imesc) apontam que a riqueza estadual continuou com crescimento real, já descontada a inflação – e, para 2019, deve chegar a R\$ 111,8 bilhões.

A evolução positiva do PIB não traduz a realidade da maioria da população, mais bem refletida no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede o bem-estar social avaliando educação, renda e longevidade. O indicador varia de 0 a 1 e quanto maior, melhor. O IDH do Maranhão é 0,639 (IBGE), o que coloca o Estado em penúltimo lugar no ranking das 27 unidades federativas. Abaixo está Alagoas (0,631). No topo da lista está o Distrito Federal (0,824).

Na educação, a taxa de analfabetismo é 16,7%, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) de 2017. É o segundo pior resultado nacional, só ganhando de Alagoas. Para se ter uma ideia, entre os maiores de 60 anos, 47,9% não sabem ler nem escrever. Em 2018, segundo o IBGE, o Estado teve o mais baixo rendimento nominal mensal domiciliar per capita do País, com R\$ 605.

Também lá está a pior expectativa de vida: 70,9 anos. Na outra ponta, está Santa Catarina, com 79,4 anos (IBGE, 2017). Na mortalidade das crianças menores de um ano, fica em segundo lugar. Em primeiro, aparece o Amapá.

TENTATIVA DE RECUPERAÇÃO

Para superar esse quadro, em 2015, o governo do Estado implantou o programa Mais IDH, que prioriza ações focadas em educação, saúde e geração de renda nos 30 municípios com os menores resultados. “A grande inovação consiste no enfrentamento multidimensional da pobreza de forma articulada”, destaca o presidente do Imesc, Dionatan Silva.

Quatro anos depois do início do programa, o secretário de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular, Francisco Gonçalves, diz que “além do aporte de mais de R\$ 1 bilhão em investimentos, temos avanços significativos em todas as áreas”. Embora o cálculo oficial do próximo IDH aconteça

entre 2020 e 2021, por ser vinculado aos dados do Censo Demográfico, o governo estadual já consegue exibir bons indicadores.

Desde 2015, a participação do PIB do Maranhão no PIB do Brasil cresceu em 2,26%, enquanto a participação do PIB dos municípios do Mais IDH no PIB estadual subiu 4,29%. Ou seja, a soma do PIB dos municípios inclusos na iniciativa cresceu, proporcionalmente, quase o dobro do observado no Estado em relação ao Brasil. Gonçalves destaca a queda de 47,5% da mortalidade infantil e 83% da mortalidade materna. No combate ao analfabetismo, o déficit de 15 municípios foi reduzido em cerca de 30%, afirma o secretário. Houve melhoria significativa do Ideb – o principal indicador da qualidade da educação básica no Brasil – estadual, com aumento de 21%, alcançando a melhor nota da série histórica, iniciada em 2005.

Entre 2015 e 2018, segundo o Imesc, os investimentos totalizaram R\$ 5,5 bilhões, realizados sobretudo nos setores de infraestrutura, educação, saúde, segurança e assistência social.

CRESCER A ARRECAÇÃO

Mesmo com a baixa diversificação produtiva, o Maranhão tem atuado para andar com as próprias pernas. Em plena crise da economia, “o Estado tomou medidas para reduzir sua dependência financeira em relação à União, com destaque para a melhoria da arrecadação do ICMS, além de medidas de controle das despesas e manutenção do cumprimento dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal”, afirma Silva, do Imesc. Em 2008, as transferências da União tinham peso de 42,8% em relação à receita corrente do Estado, proporção que caiu para 34,6% em 2018. Já o ICMS respondia por 33% da receita em 2008, passando para 39% em 2018.

SERVIÇOS ENCOLHEM, MAS EMPREGAM

Respondendo por 74,7% do PIB estadual (IBGE, 2016), serviços e comércio têm tido trajetórias distintas de 2017 em diante. Após um tombo acumulado de 13,8% no volume de vendas, em 2015 e 2016, o varejo viveu em 2018 o segundo ano de altas nas vendas, reafirmando a recuperação econômica. “Somados 2017 e 2018, o crescimento chegou a 10,4%, que, embora não cubra as perdas, já criou as bases para a continuidade da recuperação do comércio em 2019 e, principalmente, em 2020”, destaca o presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Maranhão (Fecomércio-MA), José Arteiro da Silva.

Nos serviços, a recuperação tem sido mais lenta. Em 2018, o setor ainda não conseguiu apresentar variação positiva e fechou com retração de 0,4%, a quarta consecutiva. De 2015 a 2018, a queda acumulada chegou a 32,2%. Mesmo assim, subsetores específicos – como alojamento, alimentação, reparação, manutenção e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos – têm conseguido sustentar a efetividade do mercado de trabalho nos últimos dois anos. Em 2018, houve recuperação nas vagas, com saldo de 6.898 empregos gerados. Somadas às 1.484 vagas criadas em 2017, chega-se quase a anular as perdas acumuladas de 2014 a 2016, quando foram eliminados 8.451 postos de trabalho com carteira assinada. No Maranhão, os serviços respondem por um estoque de 196 mil postos formais em 41 mil empresas.

O comércio fechou 2018 com um saldo positivo de 1,8 mil novas vagas de empregos formais. A última variação positiva na geração de empregos formais havia sido em 2014. Entre 2015 e 2017, foram eliminadas 7.727 vagas com carteira assinada. “A expectativa é que o patamar de empregos do fim de 2014 seja alcançado somente em meados de 2020”, calcula Silva. O comércio conta com estoque de pouco menos de 150 mil empregados com carteira assinada, distribuídos em 51 mil estabelecimentos comerciais.

IMPASSE AGRÍCOLA

O bioma Amazônico ocupa 35% do território maranhense, e, pelo Código Florestal, 80% de cada propriedade situada nesse bioma devem ser preservados. “Isso inviabiliza a atividade econômica. Acontece que, ao usar mais do que os 20% permitidos, os produtores vivem uma situação de insegurança jurídica”, diz o consultor da Federação de Agricultura e Pecuária do Maranhão (Faema) e assessor do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar-MA), César Rodrigues Viana. Para resolver o impasse, o governo está finalizando o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) propondo que a área de preservação passe a ser de 50%, como no Pará. O documento deve estar pronto até julho deste ano e seguirá para o Ministério do Meio Ambiente decidir sobre o tema.

O outro grande desafio é a inclusão produtiva dos pequenos produtores, que ocupam em torno de 15% das terras maranhenses por meio dos projetos de assentamentos da Reforma Agrária, das regularizações fundiárias e do crédito fundiário. “É preciso melhorar o nível tecnológico e



Foto: Christian Tragni/feelpress

a produtividade desses agricultores, sob o risco de vê-los excluídos do processo produtivo, já que competem com agricultores de alto desempenho, como os do Sul e Sudeste”, afirma Viana.

Como reflexo da baixa competitividade, na década de 1980, o Maranhão era o segundo produtor nacional de arroz, com 1,2 milhão de toneladas. Hoje, a safra é de apenas 158 mil toneladas, conforme a última estimativa do IBGE. Diante disso, o Estado passou de exportador para importador do grão. A infraestrutura rodoviária deficiente também dificulta a produtividade. “As estradas têm condições precárias, especialmente quando chove muito. Mesmo na região sul, em Balsas, um importante núcleo agropecuário, o acesso das fazendas até os centros de comercialização ou à área de transbordo para a ferrovia é prejudicado”, conta Viana.

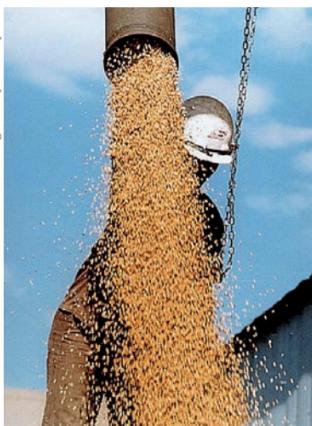
A agricultura é responsável por 8% do PIB (IBGE, 2016) estadual. A soja, estrela do agronegócio local, tinha previsão inicial, para a safra

O centro da capital do Maranhão, São Luís, classificado como patrimônio da humanidade pela Unesco, mantém a arquitetura em estilo colonial português

Foto: Christian Tragni/Folhapress



Foto: Jorge Araújo/Folhapress



Ao lado, vista do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, com cerca de 330 quilômetros quadrados às margens do Rio Preguiças; abaixo, embarque de soja no Porto de Itaqui, cujo projeto de ampliação ainda não saiu do papel

de 2019, de 3 milhões e deve chegar a 2,7 milhões. O recuo também se espalhou pelas plantações de mandioca (projeção passou de 1.259 mil toneladas para 644 mil toneladas) e arroz (de 224 mil toneladas e para 158 mil toneladas).

Com 7,9 milhões de cabeças de gado bovino para corte e 90 mil búfalos em 2018, segundo a Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (Aged), o rebanho maranhense cresce 1,6% ao ano. “Isso é considerado lento. Parte da lentidão pode ser explicada porque os maiores rebanhos estão no bioma Amazônico. No Pará, o crescimento observado nos últimos anos foi de 5% ao ano, e o rebanho reuniu 21 milhões de cabeças”, detalha Viana. O Maranhão é o 12º produtor nacional, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

À ESPERA DE INVESTIMENTOS

Na indústria, a crise ainda não foi superada. O setor responde por 17,4% do PIB (IBGE, 2016). Em 2018, o setor fechou 3.602 vagas, caindo o estoque de trabalhadores para 37.622. Em 2013, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), esse contingente era de 58.826 empregados. Na indústria de transformação, sobressaem os gêneros de produtos alimentícios, bebidas, metalurgia, papel e celulose e química (principalmente saneantes).

“Entre 2019 e 2020, espera-se que o governo estadual retome a capacidade de investimento em projetos estruturantes e se concretize a implantação, no município de Bacabeira, da unidade siderúrgica chinesa, a instalação definitiva do porto privado São Luís, o projeto de gás natural em Santo Antônio dos Lopes e a expansão da planta de energia eólica no município de Paulino Neves”, afirma o presidente da Federação das Indústrias do Maranhão (Fieima), Edilson Baldez.

Segundo ele, a emergente indústria coureira deve se consolidar como um polo e induzir a produção de artigos como cintos, bolsa, calçados e acessórios na região oeste. Baldez cita ainda boas perspectivas em relação à retomada do projeto de pelletização de minérios de ferro da Vale e da unidade de refinaria de alumínio do consórcio Alumar.

AVANÇOS E VANTAGENS

O recente acordo que permite o uso pelos Estados Unidos da Base de Lançamento de Alcântara foi bem recebido pela Fieima. Baldez acredita que o contrato “possa induzir a atração de indústrias de base tecnológica, melhorando o padrão de nossas indústrias de pequeno e médio portes”.

“A base estava aí há 30 anos, praticamente sem nenhum resultado. Com o que vai ser desenvolvido daqui para a frente, a formação de mão de obra qualificada se intensificará”, destaca o

presidente do Conselho Regional de Economia do Maranhão (Corecon-MA), Luís Espíndola. O especialista também elogia a assinatura, em março, do Consórcio Nordeste, que reúne os nove Estados da região. “Há vantagens nessa aliança, especialmente no que se refere à união para obter financiamentos para infraestrutura, além de compras a preços mais baixos, graças ao volume.”

Quando o tema é potencial, o complexo portuário de Itaqui é unanimidade. “Realmente é o grande portal do desenvolvimento para o Maranhão”, frisa Espíndola, do Corecon-MA. Com canal de acesso com profundidade de 23 metros, pode receber navios de maiores calados. Também tem as vantagens de mais proximidade com a Europa (frente aos Estados do Sul-Sudeste) e da Ásia via Canal do Panamá. Em 2018, a movimentação de cargas alcançou 190 milhões de toneladas, volume recorde no País, graças à exportação de minérios pela Vale. Também no ano passado, embarcaram 6,3 milhões de toneladas de grãos, principalmente de soja, via Terminal de Grãos (Tegram), cujas obras vão duplicar sua capacidade – que hoje é de 7 milhões de toneladas – até 2020. “É fundamental acompanharmos o conjunto de investimentos no Porto de Itaqui, com a construção de novos píeres, reforço na área de tancagem e ampliação do pátio de carga containerizada, inclusive com uma parte destinada aos contêineres frigoríficos”, ressalta Silva, do Imesc.

TOP NACIONAL

Se depender dos turistas brasileiros, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses é estrela. O local ficou em quarto colocado na eleição realizada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, com 32 especialistas que escolheram os melhores destinos do mundo para 2019. Segundo o secretário de Estado de Turismo, Catulé Júnior, nove cidades registraram crescimento do turismo: em Barreirinhas, a porta de entrada para os

Lençóis, e a região da Chapada das Mesas, tiveram cerca de 90% de ocupação hoteleira na alta temporada. Em 2017, foi criada a Maranhão Terra de Encantos – marca turística que impulsionou o segmento e incrementou a participação do Estado em feiras nacionais e internacionais. “Essa e outras ações culminaram na maior taxa de ocupação de hotéis na alta temporada dos últimos oito anos”, diz Catulé Júnior.

ATRASSO HISTÓRICO

A pobreza do Estado tem raízes históricas. Segundo o professor de Finanças Públicas e Economia Brasileira e coordenador do curso de graduação em Administração no Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), Claudiomar Rolim Filho, autor do livro *Maranhão: de província mais rica a Estado mais miserável*, um dos principais entraves foi o modelo econômico da época. “O ciclo econômico do algodão foi baseado em mão de obra escrava, concentração de renda e grandes plantações. Com o fim da Guerra Civil, os Estados Unidos voltaram a produzir o algodão, e o Maranhão ficou sem nenhum ciclo produtivo forte. Depois da abolição da escravatura, houve grandes fugas de escravos das fazendas, e o preço das terras caiu 80%. O Maranhão ficou às traças, em um baque do qual não se recuperou”, explica o pesquisador.

Em comparação a São Paulo, cujo ciclo do café lhe rendeu a proeminência nacional, mantida desde então, Rolim Filho frisa que a diferença foi o avanço baseado na pequena propriedade e mão de obra livre. “O trabalhador livre tem incentivo para trabalhar, porque, recebendo mais recursos, conseguirá comprar terra, casa”, detalha o estudioso.

&

PROJETOS DE SIDERURGIA NO MUNICÍPIO DE BACABEIRA, DE GÁS NATURAL EM SANTO ANTÔNIO DOS LOPES, DE ENERGIA EÓLICA EM PAULINO NEVES E INSTALAÇÃO DO PORTO PRIVADO EM SÃO LUÍS PROMETEM ALAVANCAR A ECONOMIA MARANHENSE

A EXPRESSÃO CONTÍNUA DE TARSILA DO AMARAL



texto JORGE CALDEIRA | ilustração JOÉLSON BUGILA

Há semanas a cena se repete: saio de casa a pé, pensando: “Hoje vai dar”. Pouco antes de passar pelo Masp, a constatação: a mesma fila quilométrica, centenas de pessoas esperando horas para finalmente conviver em profundidade com a obra de Tarsila do Amaral. Desisto e deixo para amanhã.

A cada passada, vou me conformando com algo que não gostava: o título da exposição, *Tarsila Popular*. As multidões de cada dia vão se somando para ratificar a escolha dos organizadores e fazer rever minhas observações. Quarenta e tantos anos atrás, vi os primeiros quadros dela – muito como derivação de aulas sobre o movimento modernista, ainda antes da faculdade.

A bem dizer, era então quase uma autora de gueto. As telas podiam ser tranquilamente observadas em museus sempre muito vazios. Geralmente estavam ao lado de pintores contemporâneos a ela do mundo todo, o que ajudava a dar um enquadramento no universo das vanguardas do século 20.

O caso pessoal reforçou um lado dessa interpretação. Frequentava os concretistas, que tinham transformado Oswald de Andrade em ancestral genealógico. Especialmente o *Manifesto antropofágico* interessara muito aos tropicalistas (que também conviviam no grupo). Nesse enquadramento, Tarsila do Amaral aparecia mais como ilustração das ótimas sacadas de Oswald de Andrade do que qualquer outra coisa.

Sempre gostei dos quadros, de modo que acabei encontrando uma forma de conviver com eles a partir do livro organizado por Aracy do Amaral (*Tarsila: sua obra e seu tempo*). Por um acaso total, acabei sendo procurado por sua sobrinha, também Tarsila do Amaral, quando esta resolveu empregar o material familiar para fazer uma biografia da tia. Na mesma época (fim da década passada), fiz um trabalho com a Base 7 (produtora cultural) que organizou o maravilhoso catálogo *raisonné* de sua obra.

Essas oportunidades foram destacando minhas impressões sobre a pintora do caráter grupal que tinham antes. Num breve resumo: fui descobrindo que o grupo modernista andava na cola de Tarsila do Amaral, e não o contrário. A força de suas imagens incendiava imaginações e alimentava projetos.

Há dois momentos claros dessa precedência. Em 1923, Tarsila estava em Paris. Estudava com o cubista André Lhote e estava de passagem para o estúdio de Fernand Léger. Absorvia em grande velocidade os procedimentos e as técnicas vanguardistas quando teve um estalo, narrado em carta para os pais: “Quero ser, na arte, a Caipirinha de São Paulo”.

“Caipirinha” veio a ser o nome de uma das telas desse momento. Retrata a menina que foi de modo impessoal (sem rosto), brincando de fazer bonecas no terreiro da fazenda. O ocre da terra, o verde profundo na vegetação e o azul marcante do céu e o amarelo das casas – com exceção do cor-de-rosa, que viria depois –, essa seria a paleta brasileira que adotaria.

Na mesma época pintou *A Negra*. Uma combinação de fundo ao modo modernista com uma figura com a qual procurava traduzir em imagem as histórias de sofrimento no trabalho de mães escravas – que ouvia das ex-escravas que trabalhavam na fazenda onde cresceu. O quadro foi levado no primeiro dia em que frequentou o estúdio de Léger. Ele olhou e mandou os alunos pararem tudo que estavam fazendo para vir apreciar o trabalho.

Daí em diante a cena se repetiria muitas vezes. Como disse um observador: “A sexualidade ostensiva da figura feminina, sua impávida, monumental e solene presença nos remete ao mito primitivo do matriarcado”.

Registros de impacto dessa natureza ajudam a entender eventos. Blaise Cendrars resolveu ver ao vivo aquele Brasil profundo mostrado na imagem. Por causa disso, todos os modernistas embarcaram juntos para ver o Carnaval do Rio de Janeiro de 1924, passaram a Semana Santa em Ouro Preto e se enfiaram na Fazenda Serião da Caipirinha.

A partir daí Oswald de Andrade escreve o *Manifesto pau-brasil*, Blaise Cendrars publica em Paris um livro com um dos estudos para *A Negra* na capa, Mario de Andrade esquece a *Pauliceia desvairada* e vai atrás do material antropológico sobre índios brasileiros que geraria *Macunaima*.

A sequência de eventos descrita acima seguiu rigorosamente a cronologia histórica – e não se enquadra exatamente no tipo de interpretação que eu mesmo alimentava nas décadas de 1970 e 1980. Parte de Tarsila do Amaral para o mundo ao redor, não do mundo para um registro secundário da pintora.

Tendo essa mudança de perspectiva em vista, é possível entender que sua produção ganhou uma condução segura, uma expressão contínua, com base nesses dois quadros. Produção que desdobra solidamente seu projeto,

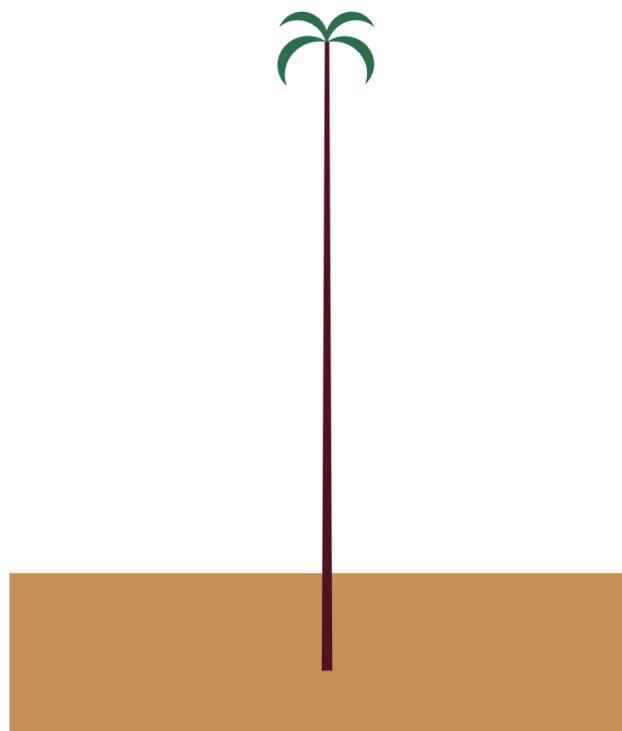
fazendo sucesso tanto em Paris como no Brasil. Nos quatro anos seguintes ela pintaria o grosso daquilo que identificamos facilmente como objetos de autoria pessoal, expressão de um universo único.

Até as filas do Masp ainda conseguia enquadrar mentalmente esse conjunto fora do coletivo, desta vez como expressão e prova do paradoxo fundamental de Nelson Rodrigues: “Só os profetas enxergam o óbvio”. Tarsila era agora única em meu pensamento: dominou a técnica modernista mais avançada para registrar o “óbvio” ao redor como arquétipos – algo bem mais forte do que simples memória pessoal. Já a técnica permitiu que suas imagens pessoais impactassem também os vanguardistas do tempo. Vale notar que o Surrealismo, primeira escola vanguardista a ter como norte o registro de imagens interiores, só surgiria em 1924.

Com tudo isso, havia apenas sinais distantes de que a interpretação geral de sua obra estava crescendo. Coisas como a venda de *Abaporu* por preço recorde – e talvez baixo para uma tela que tem história para ser contada.

No dia 11 de janeiro de 1928, Tarsila do Amaral chamou o amado Oswald de Andrade em seu estúdio na Rua Barão de Piracicaba. Quando

ELA DOMINOU A TÉCNICA MODERNISTA MAIS AVANÇADA PARA REGISTRAR O “ÓBVIO” AO REDOR COMO ARQUÉTIPOS – ALGO BEM MAIS FORTE DO QUE SIMPLES MEMÓRIA PESSOAL



chegou, ela desvelou o quadro que tinha pintado para lhe dar de presente de aniversário. Mais uma vez era o registro muito pessoal de um aglomerado de figura extraída de histórias da infância com imagens essenciais (sol, cacto) e as cores que já eram a marca de sua produção.

Extasiado, Oswald ficou horas tecendo comentários. Chamou Raul Bopp para ajudar na busca de significados. No fim, a tela acabou sendo batizada com uma tradução para guarani da expressão “homem que come homem” – antropófago. Tradução feita com auxílio do dicionário do jesuíta Antonio Ruiz de Montoya, ferrenho adversário da antropofagia.

Mais uma vez o movimento se repetiu, agora bem documentado. Inspirado pelo quadro de Tarsila surgiu o *Manifesto antropofágico*, texto

seminal para a exposição de um procedimento cultural brasileiro e universal, que, entre outras coisas, inspiraria o Tropicalismo.

A passagem de Tarsila do Amaral para o centro das atenções gerais, no entanto, só aconteceu recentemente – mas com muita força. Sua obra foi objeto de uma exposição no MoMA de Nova York no ano passado. E teve impacto suficiente para que a veneranda instituição fizesse o que quase nunca faz: arrancar US\$ 20 milhões do bolso para comprar uma tela e sanar o erro secular de seus curadores, até então incapazes de dar a devida atenção à pintora.

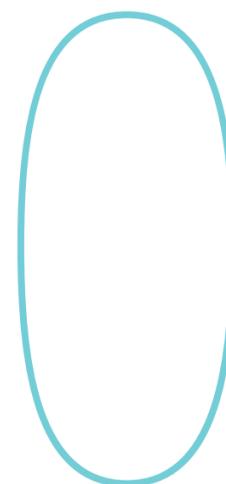
As multidões brasileiras estão, a seu modo, dando um gigantesco reforço à mudança de paletas. Sem publicidade maior, sem “espetacularismo” de nenhuma espécie, em contrito silêncio, com grande paciência, brasileiros formam filas nas portas para verem a si mesmos no arranjo de uma grande pintora – talvez elegendo-a “a pintora”. A profeta que viu o óbvio – que só estaria sendo visto em massa um século depois.

Assim que as filas permitirem, eu mesmo serei um dos que vai tentar entender como algo que parecia pequeno e elitista por tanto tempo, de repente explode em novos significados – depois de já ter enriquecido tantas almas de criadores com o fogo da inspiração.



OBESIDADE, UMA QUESTÃO DE ECONOMIA

texto SUCENA SHKRADA RESK



O crescimento dos índices de obesidade na população tem mobilizado autoridades em todo o mundo. Associada a mais de 230 doenças, muitas fatais, além de ser uma grave questão de saúde pública, a obesidade também tem efeito devastador sobre a economia. Considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como a epidemia do século 21, ela afeta o orçamento das famílias e os cofres estatais.

O relatório “Panorama da segurança alimentar e nutricional”, lançado em novembro de 2018 pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e outras entidades, destacou a evolução do problema, comparando o total de obesos no mundo em 1980 com os existentes em 2016. No levantamento mais antigo, a taxa era de 6,6%. No mais recente, 22%. O índice brasileiro é um pouco melhor: 18,9% da população, de acordo com dados de 2017 do Ministério da Saúde (MS). Traduzindo em números absolutos, conclui-se que há no País 39 milhões de obesos – considerando-se a estimativa populacional de 2016 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 206 milhões de habitantes. A pesquisa do ministério também fez um alerta em relação à população jovem (até 18 anos). Nesse grupo, a obesidade aumentou 110% entre 2007 e 2017. Esse índice foi quase o dobro da média das demais faixas etárias [veja quadro a seguir].

O coordenador-geral-substituto de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, Eduardo Augusto Fernandes Nilson, alerta que o custo dos efeitos da obesidade para o Brasil é estimado em 2,4% do PIB – ou em torno de R\$ 158,4 bilhões, de acordo com estudo da McKinsey Global Institute, de novembro de 2014.

Diabetes, cardiopatias, trombozes e doenças pulmonares e hepáticas estão entre as principais doenças associadas à obesidade – hoje considerada a maior ameaça nutricional na América Latina e no Caribe, atingindo 250 milhões de pessoas nessas regiões, segundo o relatório da FAO. Um em cada cinco brasileiros está nessa situação. A matemática dos gastos familiares com saúde privada é impactante: um obeso faz a conta subir em 15%; dois obesos elevam a fatura em 40%; com três ou mais obesos na família, o valor sobe 195%.

MEDIDAS PREVENTIVAS

Para tentar atacar a origem do problema, os setores público e privado têm adotado ações para incentivar a alimentação saudável. “No entanto, as medidas ainda requerem universalização, pois são isoladas”, analisa a presidente da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (Abeso), a endocrinologista Maria Edna de Melo.

A combinação explosiva entre fatores genéticos, hábitos alimentares ruins e sedentarismo pode levar à obesidade ou ao acúmulo excessivo de gordura corporal – registrado quando a pessoa apresenta índice de massa corporal (IMC) igual ou superior a 30 kg/m² (calculado ao se dividir o peso, em quilogramas, pela altura, em metros, ao quadrado).

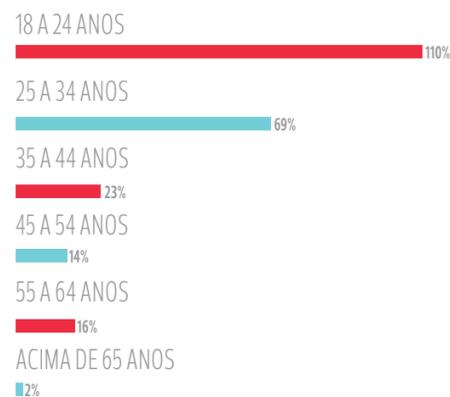
Segundo o diretor da FAO, José Graziano, no aspecto nutricional, o gargalo está na ingestão de excessos de açúcar, sal, ácidos graxos e aditivos químicos – presentes na comida industrializada – no lugar de alimentos frescos, frutas, verduras, legumes, ovos e leite, como seria recomendável. Mas um componente silencioso na sociedade contemporânea, de acordo com especialistas, é a ansiedade, que alavanca esses quadros. Ao mesmo tempo, a obesidade, em muitos casos, está associada à depressão. Não raro a pessoa obesa é alvo de preconceitos desde a infância.

CRIANÇAS SOB RISCO

Os órgãos de saúde têm se preocupado com os crescimentos do sobrepeso e da obesidade na infância e na adolescência. No Brasil, 33% das pessoas nessa faixa etária estão acima do peso, segundo pesquisa do IBGE e do Ministério da Saúde, divulgada em 2015. Dessas, 8% são obesas. O estilo de vida cobra seu preço. Em 1974, dessas crianças apenas 1,4% apresentava obesidade.

MAIS ATENÇÃO AOS JOVENS

A pesquisa “Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico” (Vigitel Brasil 2017), do Ministério da Saúde, apontou o crescimento da obesidade no País em dez anos (2008-2017), em diversas faixas etárias:



AINDA PESADOS, MAS MELHORANDO

Levantamento do Ministério da Saúde de 2017, que ouviu 53.034 brasileiros maiores de 18 anos nas 26 capitais e no Distrito Federal, concluiu que:

MAIS DA METADE DA POPULAÇÃO DAS CAPITAIS BRASILEIRAS (54%) ESTÁ COM EXCESSO DE PESO;

O CONSUMO REGULAR DE FRUTAS E HORTALIÇAS CRESCU 4,8% (DE 2008 A 2017);

A PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS AUMENTOU 24,1% (DE 2009 A 2017);

O CONSUMO DE REFRIGERANTES E BEBIDAS AÇUCARADAS CAIU 52,8% (DE 2007 A 2017).

Fonte: Ministério da Saúde

EM 1980, A TAXA DE OBESOS NO MUNDO ERA DE 6,6%. EM 2016, 22%, SEGUNDO A FAO. O ÍNDICE BRASILEIRO É 18,9%, DE ACORDO COM O MINISTÉRIO DA SAÚDE. SOLUÇÃO: EDUCAÇÃO ALIMENTAR NA IDADE ESCOLAR E EXERCÍCIOS FÍSICOS

O problema pode surgir desde a fase fetal, em decorrência do estado nutricional da mãe, e há grande probabilidade de se estender à vida adulta, como esclarece Maria Edna de Melo, da Abeso. Ela destaca que as quatro principais recomendações da OMS visam à mudança do padrão de alimentação. “Uma delas é quanto à regulamentação da publicidade infantil dos alimentos, porque as crianças são suscetíveis à influência da mídia. Outro ponto é a adoção da rotulagem de advertência. A Abeso e outros conselhos de saúde apoiam essa medida. Os rótulos devem identificar se os alimentos têm excesso de açúcares, gorduras e sal.”

A taxação de bebidas açucaradas e outros itens com baixo valor nutricional e a regulamentação da alimentação escolar são também frentes a serem desenvolvidas. “Apesar de termos leis a respeito do assunto, em grande número de cidades [elas] não são respeitadas. Muitas escolas ainda servem na merenda macarrão instantâneo e embutidos, pobres nutricionalmente”, destaca a presidente da Abeso.



DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA

Segundo o Ministério da Saúde, o Brasil tem como meta, em 2019, cumprir compromissos internacionais de deter o crescimento da obesidade na população adulta, por meio de políticas de saúde e segurança alimentar e nutricional. A redução do consumo regular de refrigerante e suco artificial em pelo menos 30% da população adulta, no mesmo período, e ampliar, no mínimo, em 17,8% o percentual de adultos que consomem frutas e hortaliças regularmente estão entre as principais.

No segmento de produção alimentícia, Nilson, do ministério, reforça o compromisso do governo de apoio à agricultura familiar, que tem por objetivo o aumento da oferta de verduras e legumes sem agrotóxicos. “Uma medida importante foi adotar a exigência de que, nas compras públicas para a alimentação escolar, 30% dos recursos do governo federal sejam destinados à aquisição de produtos cultivados por agricultores familiares credenciados.”

Com foco na indústria, a pasta firmou um acordo com o setor produtivo de alimentos, em novembro de 2018, com o objetivo de reduzir 144 mil toneladas de açúcar de bolos (redução de até 32,4%), misturas para bolos (até 46,1%), produtos lácteos (53,9%), achocolatados (10,5%), bebidas açucaradas (33,8%) e biscoitos recheados (62,4%) até 2022. O monitoramento deverá ser feito a cada dois anos pela Agência Nacional de Vigi-

lância Sanitária (Anvisa). Atualmente, os brasileiros consomem 50% a mais de açúcar, por dia, do que o recomendado pela OMS. Em, média, ingerimos o correspondente a 18 colheres de chá, enquanto o recomendável seria de até 12.

INFORMAÇÃO E ESTILO DE VIDA

Nilson reforça que formatos de rótulos com mais fácil visualização estão sendo estudados por um grupo de trabalho da Anvisa. O trabalho tem a parceria do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e traz selos de advertência em formato de triângulos, com informações se o alimento tem teores altos de açúcar, sódio, gorduras totais, entre outros. O modelo foi inspirado em rotulagem já adotada no Chile.

A doutora em Endocrinologia pela Universidade de São Paulo (USP) e coordenadora do laboratório de obesidade da Faculdade de Medicina do ABC (FMABC), Maria Angela Zaccarelli Marino, explica que a predisposição de um filho desenvolver obesidade quando ambos os pais são obesos é de 90%, e cai para 50% quando somente um deles

é obeso. Já quando nenhum dos pais está fora do peso, a probabilidade cai para 10%. “O marketing estuda até o tempo que a criança fica na televisão. Há pouca propaganda com verduras, legumes, frutas, cereais – o que a natureza nos oferece.”

MERENDA SAUDÁVEL

Em 2017, a gestão municipal de Santo André, no ABCD Paulista, entrou em estado de alerta ao realizar exames antropométricos em 3,3 mil alunos de 6 a 10 anos, de 30 unidades de ensino municipais. O resultado causou apreensão: 42,75% das crianças estavam com sobrepeso e obesidade e 20,23% chegavam até a obesidade grave.

A Secretaria Municipal de Educação lançou mão de cardápios mais saudáveis na merenda, palestras de orientação e oficinas culinárias à comunidade. Em parceria com a pasta da saúde, há o encaminhamento dos estudantes para atendimento com pediatras, endocrinologistas e nutricionistas. “Nas creches, há a restrição de açúcar para crianças de até os dois anos de idade para que aprendam a saborear os alimentos. E não colocamos sal na comida das crianças de até um ano. Depois, há uma pequena adição”, explica a nutricionista da Companhia Regional de Abastecimento Integrado de Santo André (Craisa), que gerencia a alimentação escolar no município, Alessandra Martins de Souza.

Para Camila Rodrigues da Silva, 29 anos, mãe do aluno Nicolas, de 8, as ações são importantes. “Há seis meses meu filho está tratando da obesidade. Comecei a participar das palestras na escola, mudei também a alimentação em casa para toda a família e controlo a quantidade. Antes, fazia muita fritura. Agora, preparo mais comidas cozidas, além de legumes e verduras. Percebemos que não adiantava impor mudanças para nosso filho se nós também não mudássemos”, conta.

&

CULTURA

ALEGRIA ALTERNATIVA EM TRISTES TEMPOS



Em 1969, nos primeiros meses dos Anos de Chumbo da ditadura militar, todos os principais canais de expressões cultural e política estavam interditados pelo Ato Institucional n.º 5, que fechou o Congresso Nacional e colocou a imprensa sob censura. Nesse momento, um grupo de humoristas e jornalistas cariocas decidiu fazer um jornal para o bairro de Ipanema, nos moldes do *Village Voice*, veículo pioneiro da imprensa underground dos Estados Unidos.

texto HERBERT CARVALHO

“EM CONTRASTE COM A COMPLACÊNCIA DA GRANDE IMPRENSA PARA COM A DITADURA MILITAR, OS JORNAIS ALTERNATIVOS COBRAVAM COM VEEMÊNCIA A RESTAURAÇÃO DA DEMOCRACIA E DO RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS E FAZIAM A CRÍTICA DO MODELO ECONÔMICO.”

BERNARDO KUCINSKI,

autor do livro *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*

rais sobrecarregados de medalhas e truculentos agentes da polícia, foi descrita por Luiz Carlos Maciel, jornalista e escritor pioneiro na divulgação da contracultura no Brasil. “Em 1969, estávamos mais ou menos ao deus-dará. O sonho tinha acabado, não se tinha o que fazer ou para onde ir, formava-se o vazio histórico e existencial onde medravam a luta clandestina e o desbunde”, resumiu Maciel em seu livro *Anos 60*. Ele manteve em *O Pasquim* a coluna “Underground”, responsável por popularizar expressões como “barato” e “curtir”, emblemáticas da juventude da época, que acabaram por se imortalizar.

Pensado como um jornal de um grupo de amigos, no qual todos os colaboradores podiam escrever o que bem entendessem, *O Pasquim* tornou-se o maior fenômeno editorial da imprensa brasileira. O número um trazia o lema “Aos amigos, tudo; aos inimigos, justiça”, ironia que desnuda a hipocrisia perene de um país condenado a mudar para manter intacta as relações de poder. Ainda na capa, um alerta jocoso: “É um semanário com autocrítica, planejado e executado só por jornalistas que se consideram geniais e que, como os donos de jornais não reconhecessem tal fato em termos financeiros, resolveram ser empresários”.

A edição inaugural trouxe desenhos dos cartunistas Claudius, Fortuna e Ziraldo, além do ratinho Sig, criação de Jaguar alusiva a Sigmund Freud; as famosas “Dicas de bares e restaurantes”, que seriam depois copiadas por toda a imprensa; um artigo lapidar de Millôr Fernandes sobre as dificuldades que a publicação enfrentaria, outro do compositor Chico Buarque de Holanda explicando por que torcia para o

Fluminense; e uma entrevista com o colunista social Ibrahim Sued, a primeira das muitas em que o entrevistado era sabatinado coletivamente numa roda, com uísque correndo a rodo para soltar a língua de todos.

A oralidade que revolucionou o jornalismo pátrio começou por acaso, de acordo com Jaguar, encarregado de transcrever do gravador tudo o que Sued dissera. Quando leram o texto, Tarso de Castro e Sérgio Cabral, tarimbados jornalistas integrantes do grupo fundador, decretaram: “Tem que fazer o copidesque”. “Que diabo é isso?”, perguntou Jaguar, que só sabia desenhar e não deixou que se fizesse a adaptação para a “linguagem jornalística”. O cartunista fincou o pé, insistiu que estava ótimo, e ganhou a parada porque não dava mais tempo, estava na hora de o jornal rodar.

Dedicado à memória de Sérgio Porto – o célebre Stanislaw Ponte Preta, morto em 1968 e que deixara órfã toda uma geração de humoristas por ele inspirada –, a tiragem do primeiro número de *O Pasquim* teve apenas 14 mil exempla-

res, esgotados em dois dias. Depois de cinco meses, com o time de craques ainda mais reforçado pelo cartunista Henfil e seus fradinhos, pelos jornalistas Paulo Francis e Ivan Lessa e por colaboradores do naipe do compositor Caetano Veloso, do poeta Vinicius de Moraes e do cineasta Glauber Rocha, o jornal comemorava 100 mil exemplares vendidos.

Alguns episódios explicam tanto o sucesso de *O Pasquim* como a reação que provocou nos meios conservadores. As vendas estouraram a partir do número seis, cuja capa debochava da chegada dos norte-americanos à Lua, feito reverenciado pela grande imprensa. O grande choque, porém, foi a entrevista antológica da atriz Leila Diniz, símbolo da revolução feminina por suas ideias e atitudes contra tabus e preconceitos, em defesa do amor livre e do prazer sexual. A fala desabrida, totalmente livre de autocensura e repleta de palavrões, foi contestada por um editorial de primeira página do jornal *O Globo*, acusando a existência de uma “esquerda pornográfica”, que deveria ser coibida.

hoje com os blogs independentes da internet, esses veículos abrigavam temáticas políticas, culturais e de comportamento ignoradas pelos grandes meios de comunicação. Mesmo quando buscavam públicos específicos – como mulheres, negros ou homossexuais –, mantinham em comum a rejeição ao regime autoritário.

“Chega a ser irônico falar em imprensa alternativa: houve um momento em que eles foram, de fato, os únicos canais disponíveis para a crítica e a informação independente. Os únicos a forçar até o limite e a driblar, muitas vezes, a marcação da censura”, avalia o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) para o livro *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*, de Bernardo Kucinski, sobre o papel na luta pela democracia no Brasil de órgãos como *O Pasquim*, *Opinião* e *Movimento* – os semanários mais longevos e de mais destaque no período.

Entre os fatores que impulsionaram a imprensa alternativa, ressaltou-se a disseminação do método offset de impressão a frio, que possibilitava a ocupação do tempo ocioso das gráficas dos grandes jornais para processar pequenas tiragens a custo reduzido. A logística da distribuição – gargalo de qualquer publicação num país com as dimensões do Brasil – também se favorecia do sistema implantado pela Editora Abril para abastecer as bancas de jornais. No entanto, como as distribuidoras se apossavam de 40% da receita, os jornais tinham de ter uma tiragem mínima de 25 mil exemplares para viabilizar a circulação nacional.

Dos pontos de vista cultural e político, os alternativos surgiram da articulação de duas forças “igualmente compulsivas”, de acordo com a análise de Bernardo Kucinski. Seriam elas o desejo das esquerdas de protagonizar transformações radicais e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços para a livre expressão de ideias.

“Em contraste com a complacência da grande imprensa para com a ditadura militar, os jornais alternativos cobravam com veemência as restaurações da democracia e do respeito aos direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico”, afirma Kucinski, ele próprio um dos jornalistas alternativos mais atuantes do período. O discurso triunfalista do governo era “desconstruído” por outra “narrativa”, como se diria hoje.

ORATO QUE RUGE

A conjuntura que fez nascer *O Pasquim*, com charges para ridicularizar o grotesco de gene-

Na discussão sobre o nome da publicação, o cartunista Sérgio Jaguaribe, um funcionário do Banco do Brasil que abreviou para “Jaguar” sua assinatura nos desenhos, disparou: “Que tal ‘Pasquim’?”. Sua explicação para assumir um termo que o dicionário registra como “jornal difamador” ou “folheto injurioso” foi singela: “Terão que inventar outra coisa para nos xingar”. O fato é registrado no livro *O Pasquim: Antologia Volume I (1969-1971)*, da Editora Desiderata.

Com muita ilustração e uma linguagem coloquial que mudaria os rumos do jornalismo e até da publicidade, *O Pasquim* chegou às bancas em junho de 1969 e em poucos meses se tornou um sucesso estrondoso, abrindo espaço para mais de uma centena de periódicos que circularam durante a década de 1970 e se tornaram conhecidos como “imprensa alternativa” ou “nanica”, por adotar o formato tabloide.

Sem contar com grandes anunciantes privados ou estatais, organizados em sociedades por cotas ou cooperativas e sustentados pelos próprios leitores, a exemplo do que ocorre



O Pasquim: entrevista com Leila Diniz contestada por O Globo; e Movimento, cujo texto inicial foi sobre revoltas populares nos subúrbios cariocas

O aparelho repressivo não demorou a mostrar seus dentes. A ditadura, então, baixou um decreto de censura prévia, assim justificada: “As publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes obedecem a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional”.

A questão, entretanto, era outra. Ao superar a marca dos 200 mil exemplares vendidos e se tornar hegemônico entre os jovens da classe média, *O Pasquim* passou a ser visto pelas empresas gigantes do setor como um intruso nos mercados editorial e publicitário. Após a capa do número 40, dedicada a Dom Helder Câmara – arqui-inimigo do regime e candidato ao Prêmio Nobel da Paz por suas denúncias –, o semanário foi obrigado a submeter antecipadamente todas as matérias à Polícia Federal.

A tensão aumentara até o dia 1º de novembro de 1970, quando policiais do Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) invadiram a redação e levaram quase toda a “patota”, como eles se autodesignavam, para uma temporada que durou dois meses em celas da Vila Militar. O pretexto para a prisão foi uma brincadeira feita com o quadro de Pedro Américo sobre o Grito da Independência. Na versão satirizada, Dom Pedro I grita, com a espada em punho: “Eu quero mocotó!”.

Escaparam da cadeia Millôr e Henfil, que continuaram a editar o jornal informando aos leitores, de maneira cifrada, que um “surto de gripe” atingira os demais integrantes da equipe. O estrago, porém, foi irreversível. De 180 mil exemplares, a tiragem caiu para 60 mil. A publicidade, que já claudicava pela pressão feita sobre os anunciantes, foi a zero. Embora ainda durasse, aos trancos e barrancos, mais 20 anos, *O Pasquim* não seria o mesmo.

SANHA DOS CENSORES

Se a tirania não suportava que rissem dela, muito menos admitia que lhe fizessem oposição aberta, como no caso do jornal semanal *Opinião*, lançado no fim de 1972 e mantido sob censura prévia durante mais de 200 edições, até abril de 1977, quando deixou de circular. Órgão mais influente de toda a imprensa alternativa, responsável por projetar nacionalmente personalidades como Fernando Henrique Cardoso e os ex-ministros Luiz Carlos Bresser-Pereira e Francisco Weffort, *Opinião* chegou a produzir ao longo de sua existência o dobro das matérias efetivamente publicadas: das 10.548 páginas escritas pelos colaboradores, apenas 5.796 chegaram aos leitores.

Para se ter uma ideia da sanha dos censores contra o semanário, até a coluna de xadrez chegou a ser cortada, porque o texto que falava sobre o ataque dos peões negros ao rei branco foi interpretado como “incentivo aos choques raciais e à luta de classes”. Prisões e agressões físicas fizeram parte dos métodos para intimidar redatores e colaboradores, assim como a apreensão de várias edições, mesmo depois de censuradas.

Impresso em papel um pouco melhor do que o de *O Pasquim*, com 24 páginas formato tabloide e ilustrado não por fotografias, mas apenas desenhos, *Opinião* tinha projeto gráfico do artista plástico Elifas Andreato, autor de capas de discos e cartazes célebres, ícone de uma geração que se valia da arte para resistir à violência da ditadura.

Inicialmente, a principal característica visual, estampada com destaque na capa e nas

“CHEGA A SER IRÔNICO FALAR EM IMPRENSA ALTERNATIVA: HOUE UM MOMENTO EM QUE ELES FORAM, DE FATO, OS ÚNICOS CANAIS DISPONÍVEIS PARA A CRÍTICA E A INFORMAÇÃO INDEPENDENTE. OS ÚNICOS A FORÇAR ATÉ O LIMITE E A DRIBLAR, MUITAS VEZES, A MARCAÇÃO DA CENSURA.”

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO,
ex-presidente da República

páginas internas, era a caricatura, instrumento usado pela imprensa brasileira desde a época do Império, passando pela República Velha e por Getúlio Vargas, para fazer uma bem-humorada crítica da política e dos políticos. Os militares, porém, não aceitavam a deformação caricatural de seus líderes ou aliados. A partir de 1975, o jornal foi proibido de publicar qualquer caricatura de autoridade nacional ou estrangeira, por inofensiva que fosse.

Opinião foi fruto de um acordo entre o empresário nacionalista Fernando Gasparian, que financiava a publicação, e jovens jornalistas talentosos liderados por Raimundo Pereira, que aceitavam trabalhar por salários inferiores aos do mercado em troca de autonomia editorial. Pioneira em levantar temas como meio ambiente e defesa do consumidor, a publicação fazia a crítica do “milagre econômico brasileiro”, que começava a fazer água em razão da crise do petróleo. Assuntos apenas tangenciados pelos veículos tradicionais, como a dívida externa e a desigualdade na distribuição de renda, foram objetos de matérias que se tornaram as bandeiras do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) na vitória eleitoral de 1974.

Outra função importante do jornal foi devolver o direito de falar aos intelectuais perseguidos e expurgados das universidades. Abordava também relevantes questões internacionais, como a Guerra do Vietnã, por meio de artigos traduzidos de publicações como o francês *Le Monde* e o britânico *The Guardian*. Sua circulação atingiu 38 mil exemplares, pouco menos que os 42 mil da revista *Veja*, na época ainda sem um sistema de assinaturas.

Opinião, porém, nunca saiu do círculo mais intelectualizado de leitores, centrados nas classes A e B. Por essa razão, para fazer um jornal mais popular e mais à esquerda do que admitia Gasparian, Raimundo Pereira e sua equipe idealizaram outra publicação, um jornal de propriedade coletiva dos jornalistas que o fizessem, financiado por uma grande campanha de arrecadação de fundos entre esses profissionais, estudantes e políticos de oposição.

O primeiro exemplar de *Movimento* foi lançado em 7 de julho de 1975. Trazia na capa uma foto de objetos jogados sobre um trilho de trem, para ilustrar a “Cena Brasileira”, uma seção dedicada aos movimentos sociais. O primoroso texto inicial, sobre revoltas populares nos subúrbios cariocas, era da lavra do jornalista Aguinaldo

Silva, hoje consagrado autor de novelas da TV Globo e que seria também o editor do primeiro jornal dedicado à comunidade homossexual no Brasil, o *Lampião da Esquina*.

De acordo com Bernardo Kucinski, o projeto gráfico de *Movimento* “assumia a estética do feio como manifesto político”. Prejudicado também pela censura prévia imposta até 1978, suas charges e desenhos eram rudes. “Expressavam uma estética popular, em contraste com os traços aristocráticos do *Opinião*”, resume Kucinski, que também foi um de seus editores.

Administrado profissionalmente por Sérgio Motta, mais tarde ministro das Comunicações, o semanário atraiu presos políticos que começavam a ser soltos e reforçavam a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita, uma das bandeiras da publicação. A outra, também sustentada inicialmente de maneira solitária por *Movimento*, foi a convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

O jornal foi pioneiro, ainda, na montagem de um conselho editorial composto por personalidades de prestígio, com a finalidade de legitimar a linha e resistir aos arreganhos da repressão. Dele faziam parte Fernando Henrique Cardoso, Audálio Dantas (então presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo), o compositor Chico Buarque de Hollanda e o indigenista Orlando Villas-Bôas, entre outros. Deixou de circular em 1981, quando setores de extrema-direita desencadearam uma série de atentados contra as bancas que vendiam os jornais alternativos.

&

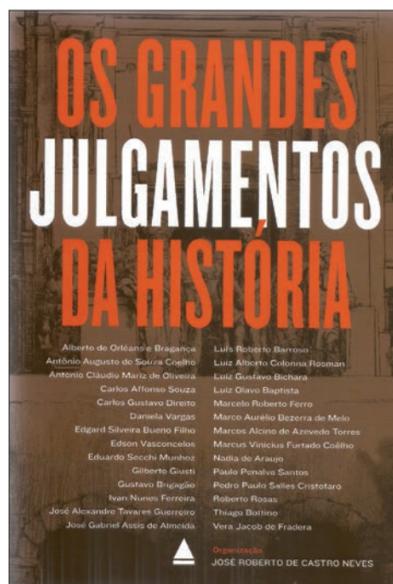


B

texto MARCO CHIARETTI

Guia histórico para quem gosta de julgamentos

Os grandes julgamentos da história, José Roberto de Castro Neves (org.); ed. Nova Fronteira, 640 págs.



“Processos”, “julgamentos”, “condenações” e “penas” estão entre os temas mais comentados hoje no Brasil. Este livro, organizado pelo advogado José Roberto de Castro Neves, trata da aplicação da Justiça, com contexto, causas e consequências. A obra reúne 28 artigos escritos por advogados, professores, juizes e juristas, cada um tratando de um determinado tema, entre os mais famosos casos judiciais de todos os tempos, no Brasil e no mundo. Os processos contra Jesus Cristo, O. J. Simpson, Danton, Eichmann e Dreyfus estão na lista; Nuremberg e Tóquio; e casos da Corte Suprema dos Estados Unidos e do Brasil Império. Imperdível para quem gosta de Direito.

Notas para uma não epistemologia do trumpismo

A morte da verdade – notas sobre a mentira na Era Trump, de Michiko Kakutani; ed. Intrínseca, 272 págs.

Nada como uma crítica implacável para elaborar uma crítica implacável. A norte-americana Michiko Kakutani critica sem piedade o mais do que criticável presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. E ela não trata dos detalhes, da irrelevância, dos aspectos mais impressionantes e escandalosos do homem mais poderoso do mundo. Ela desconstrói o que deveria ser intocável em uma figura pública numa democracia – a relação com a verdade.

Há de se insistir: em uma democracia, e não qualquer uma. Michiko, por 30 anos crítica literária do *The New York Times*, não deixa pedra sobre pedra no discurso e na prática de Trump, o rei das *fake news* e da pós-verdade.



Os perigos que rondam a liberdade

O povo contra a democracia, de Yascha Mounk; ed. Companhia das Letras, 448 págs.

Yascha Mounk, professor alemão radicado nos Estados Unidos, se dedica a analisar os dilemas vividos pelas democracias modernas. Em várias eleições recentes, populistas de diversos matizes se valem da estagnação econômica, dos conflitos étnicos (ou de seu risco) e da ascensão das mídias sociais para propor uma “superção (ilusória) da política” e tentar tomar o poder, como foram os casos de Itália, Turquia, Egito, Estados Unidos, Hungria, Polônia e, mais recentemente, Brasil. Mounk, aliás, em entrevista recente, considerou o presidente do País, Jair Bolsonaro, “uma ameaça real à democracia”.



“Grande Sertão: Veredas” em quadrinhos

“Sou só um sertanejo, nessas altas ideias navego mal. Sou muito pobre coitado. Inveja minha pura é de uns conforme o senhor, com toda leitura e suma doutoração”, escreveu João Guimarães Rosa em *Grande Sertão: Veredas*. Originalmente publicado em 1956, o romance recebeu nova versão em quadrinhos, editado pela Globo Livros Graphics.

Roteirizado por Eloar Guazzelli e com desenhos de Rodrigo Rosa, o título reconta a história de Riobaldo e suas aventuras no sertão mineiro com cenas que ajudam a assimilar o contexto e dão asas à imaginação do leitor. Sem perder a essência da obra, o livro propõe uma reflexão sobre a vida e a alma, o amor e a violência. As cenas de conflitos armados, um dos grandes destaques do título, são construídas de forma detalhada para garantir equilíbrio e clareza aos elementos apresentados.

Os autores se preocuparam em preservar o texto original – uma exigência da família de Guimarães Rosa –, e os desenhos tentam retratar a realidade dos personagens, deixando-os mais humanos. Para esse trabalho, o ilustrador mergulhou em uma pesquisa nas pessoas e coisas de onde se passa a história, atentando-se a detalhes como a comida, as roupas e os costumes.

PINGUE-PONGUE COM O AUTOR

Em entrevista à *Problemas Brasileiros*, o ilustrador Rodrigo Rosa, que já produziu em quadrinhos outras obras como *O Cortiço*, *Os Sertões*, *Iliada* e *Dom Casmurro*, conta como surgiu a ideia do projeto e quais foram as dificuldades na adaptação.

Como foi desenhar os quadrinhos de *Grande Sertão: Veredas*?

Eu sempre gostei de trabalhar dentro dessa linha de desenho mais clássico e de aventura, como aconteceu com a versão que fiz de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, que é uma



texto GABRIELA HENRIQUE

obra similar por causa dessa aventura sertaneja que as duas narrativas passam. Fora isso, o meu repertório também facilitou por já conhecer a linguagem dos quadrinhos e trazer uma decupagem de cena mais cinematográfica.



Como surgiu essa iniciativa de transformar clássicos da literatura em quadrinhos?

Eu já trabalhava como editor de literatura e publiquei alguns dos meus trabalhos no meu blogue. Surgiram convites de editoras. Na verdade, comecei desenhando quadrinhos, mas o mercado no Brasil, na época, não era estabelecido para isso. A partir do momento em que o governo federal começou a comprar essas obras em quadrinhos e a colocá-las como obras obrigatórias nas escolas, as editoras começaram a buscar artistas que adaptassem as principais obras da literatura clássica.

Quanto tempo vocês levaram para finalizar *Grande Sertão: Veredas*?

Para a produção do livro em si, oito meses, mas as negociações e as provas de linguagem demoraram em torno de dois anos.

Qual é a sua expectativa para esse formato? Espera atingir um novo público para a literatura?

Eu espero que sim. Que a obra chegue a um público mais jovem, que esteja mais interessado na questão da imagem. Nunca pensamos na ideia de sobrepor o livro original, já que cada linguagem tem as suas características e seus encantos. Por mais que a nossa versão seja muito fiel e utilize do texto original, a pessoa que o leu jamais vai poder dizer que leu realmente a obra de Guimarães Rosa, pois ela tem outra amplitude e profundidade. Então, é uma nova versão de adaptação que vale como os filmes que o livro já inspirou.

&



O BRASIL NO DIVÃ



TEATRO RAUL CORTEZ | SÃO PAULO | 13/07

**O Brasil não está doente.
Mas precisa de análise.**

Um dia inteiro de palestras,
debates, workshops e uma feira
de carreiras com as melhores
empresas do mercado.

Venha participar dessa análise
para fazer a diferença no nosso
país.

É hora de (re)pensar o Brasil!

INSCREVA-SE EM:
brasaemcasa.gobrasa.org



JORNADAS ESPECIAIS DE TRABALHO: SEM PROCESSOS NEM MULTAS?

Muitos empresários ainda olham para a Reforma Trabalhista com desconfiança e não adotam inovações que poderiam beneficiar seus negócios.

E a verdade é que, no geral, o empreendedor tem uma pergunta na cabeça: o que pode e o que não pode com a reforma?

Pensando nisso, desenvolvemos o e-book Jornadas Especiais de Trabalho. Uma publicação objetiva, direta e gratuita para você:

- entender o funcionamento de todas as jornadas
- ver qual é a melhor para a sua empresa
- conhecer as exigências jurídicas
- saber tudo o que precisa, com um passo a passo muito prático

Sem contar outras possibilidades que você nem imagina...
E que precisa conhecer.

**PERCA SEU MEDO DA REFORMA TRABALHISTA
SEM PERDER TEMPO.**

**ACESSE REPRESENTA.FECOMERCIO.COM.BR/JORNADAS
E BAIXE SEU E-BOOK GRATUITO AGORA.**

